

Acção Socialista

Nº 1206 - 22 Outubro 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



ORÇAMENTO DA DESILUSÃO

O Orçamento de Estado para 2004 constitui um rude golpe para as famílias, para as empresas e para Portugal, que continuará a atrasar-se em relação à União Europeia. É mais uma oportunidade perdida para promover o progresso social e a justiça fiscal. Este Orçamento é a confissão pública da incapacidade do Governo para controlar o défice e consolidar as finanças do Estado. O investimento público como forma de estimular o crescimento e recuperar a confiança dos agentes económicos continua a ser teimosamente ignorado e o próprio investimento privado não é devidamente estimulado. A continuação do aumento do desemprego será uma das principais consequências da insensatez das políticas da direita.

CONGRESSO PS/AÇORES

RENOVAR PARA UMA NOVA MAIORIA



ENTREVISTA

*João Cravinho:
OE para 2004
fará recuar
Portugal*

12



ESCUTAS TELEFÓNICAS

*Uso ilegítimo
mina Estado
de Direito*

4

CONVENÇÕES AUTÁRQUICAS

*Socialistas
afinam estratégia
e preparam
programas*

7



50º ANIVERSÁRIO DO PSE

Orgulho no passado, confiança no futuro

14

UM MAU ORÇAMENTO

O Orçamento do Estado para 2004 está em discussão na Assembleia da República. Quem ainda tem dificuldades em distinguir as políticas da esquerda e da direita deveria examinar, mesmo que superficialmente, a proposta do Governo. As suas linhas de força são claras como água. Penalização dos trabalhadores: em sede de imposto, porque, sendo as actualizações previstas para os escalões do IRS inferiores à inflação estimada, é certo o agravamento fiscal sobre os rendimentos do trabalho; em sede salarial, porque a margem que o Orçamento deixará para aumentos salariais na função pública será praticamente nula, e os aumentos dos funcionários servem normalmente de referência para os salários do sector privado: mais congelamento dos salários, isto é, de facto, quebra efectiva. Ao invés, benefício a uma pequeno grupo de empresas, aquelas a que aproveitará a redução da taxa do IRC.

Por outro lado, prossigue o desprezo pela economia real. O desemprego continuará a crescer, as pequenas e médias empresas são prejudicadas e não há rasto de medidas políticas de incentivo seja às empresas do interior, seja às que apostam na inovação tecnológica e organizacional. O investimento público continuará a cair. Isto é, a política do Governo nada faz pela recuperação económica, em nada contribui para o crescimento. Pelo contrário, agrava a depressão. Insisto mais uma vez: a crise económica e social tem seguramente outras origens para além da política económica e orçamental; mas esta, em vez de contrariar os factores de crise, que é para isso que servem as políticas, agrava os factores de crise.

A proposta do Orçamento é uma confissão do fracasso da dr^a Manuela Ferreira à luz dos seus próprios critérios. Ela fez da redução do défice por via da redução da despesa o alfa e ômega da política financeira. Ora bem: o que sabemos hoje é que a despesa corrente continuou a subir e que o défice abaixo dos 3% do PIB tem sido forjado através de operações irrepitíveis, como "manigâncias" contabilísticas e venda de património. Sem essas operações, o défice real de 2002 teria sido na casa dos 4,2% e, provavelmente, aproximar-se-ia em 2003 dos 5%. O Governo reconhece agora, explicitamente, que só com novas operações do mesmo tipo é que logrará um défice inferior a 3% em 2004.

Outra nota saliente da proposta de lei do Orçamento é a desvalorização das funções sociais do Estado. Cada um estabelece as prioridades que correspondem à maneira como concebe as coisas. O PS sempre fortaleceu as políticas sociais e, nomeadamente, trouxe para o topo das prioridades as políticas de qualificação: educação, formação, cultura, ciência. A direita procedeu exactamente ao contrário, relegando todas estas áreas para o fim de tudo no Orçamento de 2003. Agora, aumenta ligeiramente a cultura, usada

assim como uma espécie de adorno, e torna a castigar as instituições do ensino superior e, com ainda maior violência, a educação básica e secundária. Só assim se compreende, aliás, o nível de contestação em torno do aumento das propinas. Porque o que está a chocar tantos milhares de estudantes e suas famílias não é o facto de haver um aumento do valor (o valor anterior acomodava certamente, sem ruptura, uma subida moderada), mas a dimensão desse aumento, que a redução do financiamento público tem levado a que seja na ordem dos 140%, e em muitas escolas de um dia para o outro. Aumento drástico das propinas, com redução do financiamento público – isto é, sem que resulte benefício efectivo para as receitas das instituições – sem acção social escolar desenvolvida e sem sistema de empréstimos? Pois não se admirem que as pessoas protestem!...

Este Governo já nos habituou à lógica da propaganda. Sobre qualquer problema cai imediatamente uma operação de propaganda e manipulação de informação. Para isso não falta o dinheiro! Pois bem: lá está ela na proposta do Orçamento. O truque, a que todos os socialistas devem estar atentos, é a comparação sistemática entre valores de execução em 2003 e valores iniciais de 2004. É com este truque que o Governo procura fazer passar a ideia de "aumentos" em vários sectores, da ciência ao investimento infra-estrutural. São aumentos fictícios: como todos percebemos, uma despesa prevista deve comparar-se com outra despesa prevista, uma despesa realizada deve comparar-se com outra despesa realizada. Quer dizer, o Orçamento inicial de 2004 compara-se com o Orçamento inicial de 2003 e não com o que resulta depois de aplicados os cortes profundos que se verificaram na execução de 2003, como se verificarão inelutavelmente na execução de 2004.

Isto pode parecer demasiado técnico, mas não é. Disto dependem as condições de vida dos portugueses, esta é a questão política mais importante do momento, plena de consequências para o desenvolvimento da nossa sociedade e o bem-estar das famílias. Exorto os socialistas a que a tenham sempre em mente, nesta conjuntura tão difícil para o funcionamento do sistema de justiça, para os direitos, liberdades e garantias, para, em suma, a qualidade da democracia. Todos devemos estar unidos em defesa do PS e da democracia, contra os ataques infames de que têm sido alvo. Devemos estar unidos, com firmeza e com serenidade, respeitando escrupulosamente as regras democráticas e, em particular, a separação dos poderes.

Mas devemos fazê-lo, convictamente, porque o PS é a esperança de milhões de portugueses. Esses que o Orçamento de 2004, a ser aprovado como o Governo propôs, prejudicará outra vez severamente.



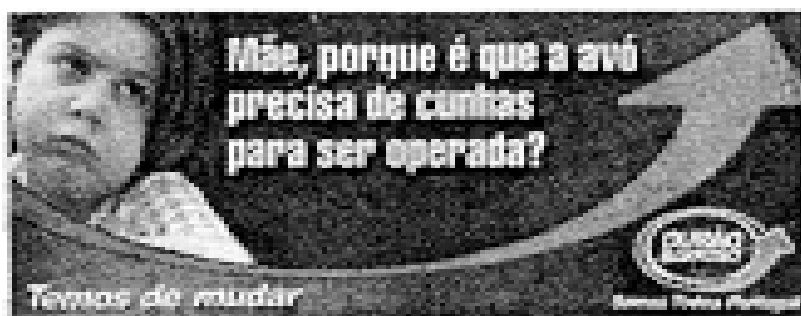
AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

A proposta do Orçamento é uma confissão do fracasso da dr^a Manuela Ferreira à luz dos seus próprios critérios. Ela fez da redução do défice por via da redução da despesa o alfa e ômega da política financeira.

PELA BOCA MORRE... O CHERNE

ANTOONIO COLAÇO



CONGRESSO DO PS/AÇORES

CÉSAR APOSTA NA MODERNIDADE E PROGRESSO DA REGIÃO

O XI Congresso Regional do PS Açores, que se realizou no passado fim-de-semana, na cidade de Angra do Heroísmo, veio confirmar o que a Comunicação Social vinha anunciando e os dirigentes e militantes socialistas já esperavam: uma profunda renovação nas suas estruturas dirigentes e a recondução de Carlos César na liderança.

Sem esquecer a importância do partido e dos seus militantes, Carlos César manteve-se fiel à sua linha de pensamento e actuação nos últimos sete anos em que tem governado os Açores e não cedeu às pressões e críticas surdas a que, de alguma forma, foi alvo no sentido de que não tem tido uma postura de favorecimento à colocação do aparelho e dos militantes socialistas na estrutura do governo.

Se alguém esperava que se ia assistir ao delinear de uma estratégia mais virada para o interior enganou-se porque o líder dos socialistas açorianos, responsável pelo sucesso do ciclo de governação socialista que relegou o todo-poderoso PSD de Mota Amaral, que governou os Açores durante vinte anos, para uma posição de desnorte político, apareceu desde a sua primeira intervenção no congresso a lembrar que as vitórias do Partido Socialista não foram só dos socialistas e que "elas têm de continuar a ser, como têm sido até aqui, de todos os açorianos". Carlos César enfatizou este raciocínio, afirmando aos congressistas que, para ele, era "mais importante saber que resolvemos um problema de uma família açoriana necessitada do que saber que temos mais 733 militantes no partido". Apesar de ter colocado bastante ênfase na ideia de que o partido não governa



O êxito das políticas socialistas nos Açores mede-se pela criação de emprego e de novas empresas em contraste com o que se passa no País

para os militantes, mas sim para os açorianos e como tal tem de ser "cada vez mais um instrumento de participação dos açorianos onde se organizam convicções, onde se congregam vontades e onde se formulam soluções", o líder do PS Açores não esqueceu os militantes mais antigos "que fundaram e resistiram mantendo o partido", fazendo a síntese com aqueles que possibilitaram e "fizeram o partido tornar-se numa referência de modernidade e de progresso" dos Açores.

Esta síntese entre os velhos militantes que agora começam a dar o lugar a uma nova geração de dirigentes e a recusa do clientelismo partidário e a confusão entre partido e governo tendo como

alternativa o serviço público solidário para a solução dos problemas dos açorianos foram fortemente aplaudidos pelos congressistas num sinal de concordância absoluta com o seu líder.

Estava lançado o mote para um congresso onde César não desejava ver a "intriga política", mas sim uma reunião de açorianos preocupados em não esquecer aqueles que, não estando no congresso, "trabalham para o progresso económico com solidariedade e justiça nos Açores".

Orgulho na obra feita

A primeira intervenção de Carlos César, aos congressistas desenvolveu-se

sempre com a tónica da explicação da actividade do governo, mostrando claramente o orgulho da obra realizada sem esquecer a humildade de quem tem consciência de que se cometeram alguns erros na acção governativa, e que no futuro se poderão cometer outros erros, mas certo de que, a cometê-los, eles "sejam diferentes e não os mesmos". Colocando uma tónica discursiva no sentido da construção de um consenso à volta da actividade do governo, Carlos César, num claro e reconhecido momento de grande forma e maturidade política, foi evidenciando os sucessos e explicando as dificuldades.

Os sucessos da governação socialista nos Açores são muitos e reconhecidos,

tanto dentro como fora do partido. Para Carlos César os "muitos êxitos" do governo socialista têm as provas à vista: "Enquanto que o País anda para trás, nós vamos para a frente. Enquanto que diariamente se observam falências de empresas no país, nos Açores nós criamos novas empresas e novos empregos" disse.

A análise comparativa da situação positiva dos Açores com o estado do País foi servindo para demonstrar a diferença entre uma governação da responsabilidade do PS Açores e outra da responsabilidade do PSD.

As críticas que aqui e ali foram dirigidas aos principais adversários dos socialistas não esqueceram os tempos em que o PSD governou os Açores. Sobre eles, as eleições regionais de 2004 e o actual PSD, Carlos César não deixou de aproveitar a circunstância das suas intervenções estarem a ser transmitidas pela RTP-Açores, para lembrar aos açorianos que não são aqueles que "fizeram pior do que os socialistas que podem agora dar melhor aos açorianos", numa clara alusão ao PSD de Victor Cruz. Depois das duas intervenções de Carlos César que marcaram o desenrolar do Congresso, a primeira mais virada para o partido e na qual apelou a uma consensualização à volta da actividade do Governo, e a segunda centrada já no documento com as bases programáticas para o próximo Executivo, o Congresso assistiu empenhado a um enorme conjunto de intervenções que tornaram esta reunião num autêntico fórum virado para uma nova cultura política que todos esperam venha ainda a dar mais sucessos para os socialistas açorianos.

FERRO CATEGÓRICO

"QUEM MANDA NO PS SÃO OS SOCIALISTAS"

Indignado com as "campanhas selectivas e sem escrúpulos" em que colaboram órgãos de Comunicação Social, visando "destruir pessoas e direcções partidárias, intimidar e controlar o exercício das funções políticas", Ferro Rodrigues foi categórico: "No PS quem manda são os socialistas e não os comentadores de televisão".

O líder socialista manifestou a sua "forte determinação em prosseguir em frente", no passado dia 19, em Angra do Heroísmo, durante o encerramento do XI Congresso do PS/Açores, ocasião em que também alertou para a existência em Portugal de "ameaças populistas fortes à democracia e ao PS, que exploram a mesquinhez, a inveja a bisbilhotice".

Por outro lado, Ferro salientou que estava nos Açores para enaltecer a obra do PS na região, aconselhando o reeleito líder do PS açoriano, Carlos César, a nunca se esquecer dos mais desfavorecidos e fazer uma permanente



oposição à corrupção, à pobreza e às injustiças.

"Penso que posso pedir-te e sei que vais fazê-lo: continua sempre a lembrar-te que os socialistas no poder têm de saber exercê-lo, mas têm também de continuar a ser oposição à pobreza, oposição à exploração, oposição às desigualdades, oposição às injustiças e aos poderes arrogantes e corruptos que existem hoje nas sociedades e nos mercados", disse o secretário-geral, para quem o resultado da governação do PS naquela região autónoma demonstra "uma clara diferença a favor dos socialistas".

"A economia dos Açores está com uma saúde muitíssimo melhor do que a economia do continente e do que a economia europeia em geral", assinalou Ferro Rodrigues, que saudou o clima de confiança existente na região.

"Nos Açores continua a dar-se prioridade à melhoria das infra-estruturas, não

apenas as infra-estruturas materiais, mas também infra-estruturas sociais. Há uma grande preocupação na criação de postos de trabalho através da confiança dos investidores privados e do esforço do investimento público, do enquadramento e do apoio à iniciativa privada positiva para a região autónoma", constatou.

Quanto às eleições europeias e regionais de 2004, o líder socialista manifestou "toda a solidariedade do partido nacional" para com o PS/Açores.

Prevendo que os socialistas terão de defrontar a continuidade de uma coligação *contranatura*, Ferro explicou que "só um mero oportunismo político eleitoral justifica esta aliança".

"Para nós é uma oportunidade para o PS mostrar que a coerência é um valor fundamental na política. Que a coerência, mais uma vez, tem que bater fortemente o oportunismo político eleitoralista", rematou.

RELAÇÃO MANDA LIBERTAR PAULO PEDROSO

Após quatro meses e meio de prisão preventiva, o nosso camarada Paulo Pedroso saiu em liberdade por decisão do Tribunal da Relação de Lisboa que, em acórdão arrasador, desmonta os indícios carreados pela acusação que fundamentaram a sua detenção. No dia da sua libertação, 8 de Outubro, sereno e tranquilo, Pedroso seguiu directamente do estabelecimento prisional de Lisboa para AR, onde foi agradecer a solidariedade recebida dos seus pares e funcionários do GP/PS, num ambiente de emoção que seria transformado pelos *media* num *show* mediático.

O acórdão da Relação que devolve a liberdade ao antigo porta-voz do PS é arrasador para a acusação, colocando em causa, nomeadamente, a credibilidade dos testemunhos apresentados. Segundo o Tribunal da Relação, das fragilidades dos indícios resulta "por demais evidente que os elementos de prova recolhidos são claramente insuficientes para imputar ao arguido qualquer prática de crime concreto" e, em consequência, aplicar-lhe a medida de coacção mais grave, ou seja, a prisão preventiva.

O acórdão refere também que o conteúdo das escutas que estiveram na base da decisão da prisão preventiva afinal não constituem qualquer ameaça para o andamento do processo. "São inocuas", dizem os juízes do Tribunal da Relação. "Também não conseguimos perceber qualquer perigo em conversas com terceiros - afirma o texto do acórdão -, nomeadamente aquelas que foram transcritas no despacho que precedeu o pedido de levantamento da imunidade parlamentar e a referida no despacho recorrido ou em quaisquer outras, todas elas completamente inocuas".

Há quem tenha ficado desesperado

Entretanto, em flagrante violação do segredo de justiça, viriam a ser transmitidos para a opinião pública a conta-gotas excertos truncados destas mesmas declarações que o Tribunal da Relação já havia desmontado.

Quem está na origem desta operação, cometendo dois crimes, o de violação do segredo de justiça e de sigilo de comunicações pessoais, parece desesperado com o funcionamento do sistema de justiça. É que não se compreende que todos os dias sejam revelados novos elementos das escutas telefónicas cirurgicamente destinadas a atingir a direcção do Partido Socialista. A gravidade desta situação é tal que, inclusivamente, se criou um clima em que todos parecem estar sob escuta, chegando mesmo a atingir o próprio Presidente da República. Aliás, durante vários dias, foi o próprio bastonário da Ordem dos Advogados, José Miguel Júdice, a alertar publicamente para a circunstância das escutas estarem a ser feitas de forma totalmente abusiva, o que, de facto, tem vindo a ser demonstrado. Para responder a esta situação totalmente inaceitável em democracia, o Partido Socialista emitiu entretanto um comunicado em que "repudia



Legal e injusta, a prisão preventiva de Paulo Pedroso terminou por decisão do Tribunal da Relação de Lisboa

frontalmente todas as interpretações abusivas" que estão a ser feitas dos excertos das escutas "tiradas do seu contexto de forma lamentável", com as quais se pretende "fundamentar conclusões inaceitáveis a propósito de presumíveis pressões sobre o sistema de justiça".

PS reage a ataques infames contra o seu líder

Numa conferência de Imprensa realizada no Largo do Rato, Vera Jardim, em nome do secretário-geral, Ferro Rodrigues, afirmou que o Partido Socialista está a sofrer um ataque político em que estão a ser utilizados meios ilegítimos e violadores de princípios basilares do Estado de Direito Democrático.

No comunicado divulgado por Vera Jardim afirma-se que "está a ser violado o direito à reserva da intimidade, tentando confundir a opinião pública e afastar-lhe dos problemas graves com que actualmente se defrontam Portugal e os portugueses".

Quanto à publicação na Comunicação Social de excertos das escutas telefónicas que estão em segredo de justiça, e que apenas têm o propósito de atingir Ferro Rodrigues e a direcção do Partido, Vera Jardim admitiu, inclusivamente, o recurso aos tribunais contra quem esteve na origem da divulgação de escutas telefónicas. Vera Jardim referiu mesmo que não ficará muito tempo à espera pela abertura de um inquérito interno ao caso por parte do Ministério Público.

"A publicitação cirúrgica do teor de

algumas dessas conversas, desconstruídas das circunstâncias exactas em que foram proferidas constitui clara tentativa de fazer passar uma imagem negativa do secretário-geral do Partido Socialista com evidente manipulação dos factos e sem qualquer utilidade para a descoberta da verdade, que se reafirma ser a única preocupação que sempre norteou e continuará a pautar a atitude e comportamento do dr. Eduardo Ferro Rodrigues", afirma o comunicado.

O comunicado recorda dois factos importantes para a compreensão do processo e das razões que assistem ao PS: um acórdão do Tribunal da Relação que considera as transcrições, "completamente inocuas" e os depoimentos que o próprio secretário-geral do PS prestou perante o Ministério Público para esclarecer tudo o que fosse

necessário quanto à sua actuação. "Ferro Rodrigues prestou perante o representante do Ministério Público depoimento amplo e detalhado sobre toda a matéria dos autos, tendo nesse depoimento esclarecido tudo o que se referia às conversações telefónicas objecto da escutas que foram feitas ao seu telefone particular", afirma o comunicado.

"Aí, deixou bem claro que tais conversas não pretenderam obstruir a acção da Justiça, bem pelo contrário, destinavam-se a permitir a colaboração rápida e total com o inquérito a decorrer, com salvaguarda na medida do possível da dignidade das pessoas e das instituições, em especial da Assembleia da República", sublinha o comunicado. Por sua vez, num artigo ontem divulgado no jornal "Público", o líder parlamentar do PS afirma que "não lhe cabe especular sobre quem cometeu o crime de violação do segredo de justiça, nem sobre a forma impávida como se assiste à prática continuada do crime de divulgação de conversas particulares".

O líder parlamentar diz que se limita a registar que, tendo requerido, como é direito, a cópia da transcrição das conversas, tal lhe foi negado, "por o segredo de justiça não o permitir", acrescentando: "Resta-me, assim, ir seguindo os telegornais para saber que conversas me foram escutadas...".

"Ninguém está acima da lei. Não aceito é estar abaixo da lei. Se alguém entende, ou pelo menos suspeita, que pratiquei qualquer crime de obstrução à justiça, deve agir processualmente, para que, como qualquer cidadão possa defender e ser julgado pela justiça. No caso do Ministério Público, é mesmo um dever em obediência ao princípio da legalidade", afirma António Costa.

PEDROSO PROPÕE

COMISSÃO DE JUSTIÇA E VERDADE

Nas primeiras declarações públicas após ter sido libertado, Paulo Pedroso reafirmou que a sua prisão foi "ilegal e injusta".

Justificando a sua deslocação directa do Estabelecimento Prisional de Lisboa ao Parlamento, Pedroso disse ter ido lá agradecer a todos os deputados que manifestaram a sua solidariedade.

"Saí daqui com uma palavra de confiança na justiça do Portugal democrático, estou hoje aqui com a mesma confiança", declarou, afirmando ainda que não batalhará apenas pela sua inocência, mas para que se descubra toda a verdade no processo

de pedofilia, incluindo "crimes prescritos e não prescritos".

"Há em Portugal crianças que foram abusadas e que merecem que toda a verdade seja apurada. Seria uma boa ideia se, para lá do processo judicial, se pudesse criar uma comissão de justiça e de verdade sobre estes crimes", propôs o dirigente do PS, ao mesmo tempo que considerava que, com a sua libertação, "a justiça deu um passo importante".

"A minha prisão preventiva foi decretada por motivos que não corresponderam em nada ao que fiz. Sempre colaborei com a justiça e vou continuar a

colaborar, não só porque tenho a consciência tranquila, mas porque quero o apuramento de toda a verdade", frisou.

No dia em que foi libertado, Paulo Pedroso teve um segundo gesto público que consistiu na deslocação à sede nacional do Largo do Rato.

"Vim aqui agradecer as manifestações de solidariedade que recebi de muitos cidadãos anónimos, de socialistas, entre eles os funcionários do Partido, explicou.

O nosso camarada Paulo Pedroso assumiu, entretanto, o seu lugar de deputado na assembleia da República.

DEBATE MENSAL NA AR

PS CONTRA MANOBRAS POLÍTICAS EM TORNO DAS QUESTÕES EUROPEIAS

Existe uma crise na governação e a prova está na atribulada remodelação do Executivo, na qual o primeiro-ministro não teve mão, antes andou a reboque da Comunicação Social. A acusação de por Ferro Rodrigues durante o debate mensal com o primeiro-ministro, na Assembleia da República, no passado dia 10, atingiu em cheio Durão Barroso, que dias antes se vira forçado a demitir os ministros Pedro Lince e Martins da Cruz. Numa discussão centrada no referendo da Constituição Europeia, o líder do Partido Socialista apelou a seriedade, recordando que o PS já apresentara as suas propostas de alteração à Lei Fundamental portuguesa e lamentando as manobras políticas em torno de importantíssimas questões europeias. Em relação à proposta dirigida ao PS pelo primeiro-ministro de concordar com a realização de um referendo sobre a futura constituição europeia no mesmo dia das eleições para o PE, Ferro Rodrigues disse "não".

De acordo com o secretário-geral do PS, a proposta de referendo do PSD foi feita "para criar um facto político" e esconder as "contradições existentes" entre os parceiros da futura coligação entre laranjas e populares em matéria da Europa.

Ferro citou depois posições do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Costa Neves – desaconselhando o referendo se a Constituição europeia não trouxer alterações substanciais em termos de soberania nacional – e do ainda eurodeputado do PSD Pacheco Pereira, que recusou a simultaneidade de realização do referendo e das eleições para o Parlamento de Estrasburgo.

"O referendo europeu não é uma paródia. É uma questão séria e não tática", suscitou Ferro, acrescentando de seguida que "o PS sempre foi a favor da consulta popular, mas aprendeu as lições do passado".



O líder socialista deixou claro ainda que "a questão da data para a consulta popular, recorrentemente invocada pelo Governo, é meramente instrumental".

Sobre as forçadas demissões de Pedro Lince e Martins da Cruz, o secretário-geral do PS disse não compreender as razões por que o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e o ex-titular da pasta da Ciência e do Ensino Superior não foram demitidos no mesmo dia.

"Os portugueses têm o direito a saber porquê", sublinhou o líder socialista, que não ficou satisfeito com a resposta de Durão Barroso centrada no timing das ocorrências, pelo que voltou a confrontar o primeiro-ministro com o facto de este ter reiterado a confiança no ex-titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, para aceitar a sua demissão dias depois.

Sobre esta nova trapalhada do Governo pronunciou-se também Augusto Santos Silva, que acusou Durão Barroso de falta de autoridade e liderança.

"O primeiro-ministro não teve autoridade nem liderança para responder a esta crise", acusou o deputado do PS, desafiando Durão a explicar "a violação deliberada da lei executada em conluio por membros do seu Governo".

Recordando os cartazes da campanha eleitoral do PSD às eleições legislativas, onde a criança questionava "Mãe, porque é que avó precisa de cunhas para ser operada?", glosou com uma nova pergunta:

Aliás, Santos Silva não foi o único parlamentar do PS a recorrer às imagens, já que também António Costa trouxe uma fotografia de uma paisagem alentejana para questionar Durão Barroso acerca de uma promessa do Governo: um aeroporto internacional para Beja.

"Onde deveria estar já o aeroporto estão apenas azinheiras e a seara alentejana. Quando é que poderemos começar a acreditar na sua palavra?", frisou Costa.



REVISÃO CONSTITUCIONAL

PS QUER PROCESSO RÁPIDO E CIRÚRGICO

O PS já entregou na Assembleia da República o seu projecto de revisão constitucional que visa sobretudo, de acordo com o deputado Alberto Martins, reequacionar as matérias respeitantes aos poderes legislativos das regiões autónomas e às funções do representante Especial da República, figura que sucede à de ministro da República.

Os socialistas pretendem que este processo de revisão seja "o mais rápido possível" e possa entrar em vigor em simultâneo com uma nova lei eleitoral

para as regiões autónomas, de forma a que possam vigorar nas próximas eleições regionais, em Outubro de 2004.

"A revisão constitucional limitada a estas matérias e a revisão da lei eleitoral para as regiões autónomas deverá ser concretizada com a máxima urgência de modo a que as eleições regionais de 2004 se realizem num quadro constitucional e eleitoral consolidado", sublinhou Alberto Martins, acrescentando que ambos os processos devem estar concluídos até ao final de 2003.

Pelourinho da República



«Só há um candidato capaz de reunir a esquerda: Vasco Vieira de Almeida.»

Baptista, Bastos
Diário de Notícias

«Em diálogo com os colegas da turma, refiram o que já conhecem sobre o regulamento do Big Brother.»

Excertos do manual do 10º ano de Língua Portuguesa
Público, 11 de Outubro

«Assinale quem é que, na telenovela Marisol, Rodrigo agride violentamente, deixando-o cego: Rosana, Mário ou Leonardo?»

Idem

«Presidente não precisa de ser Doutor.»

Luís Filipe Vieira
Correio da Manhã, 11 de Outubro

«Temos de restringir a entrada de estrangeiros. É para os defender. Não fazemos como os do PS que precisaram dos pretos para fazer muitas obras, mas não resolveram nada.»

Declarações de militante do CDS no final do congresso
Visão, 2 de Outubro

Se Álvaro Cunhal fosse do CDS, Portugal estava muito melhor.»

Idem

«Nós, na Frente Nacional, costumamos dizer que a França é o último país comunista da Europa.»

Marine Le Pen
Independente, 17 de Outubro

«Manuela Ferreira Leite tem um percurso igual ao da Margaret Thatcher, ou seja tem um estilo masculino, bem como Celeste Cardona, que cumpre rigorosamente o estereótipo das mulheres que os homens gostam de ter ao seu lado. Tenho esperanças na Teresa Gouveia.»

Maria Teresa Horta
Tal e Qual, 17 de Outubro

RAZÃO E CORAÇÃO

O que se discute é a linguagem coloquial, são frases retiradas do contexto - uma espécie de guião do programa Contra-Infamação. Não se discute o facto de terem sido feitas escutas a pessoas que não são suspeitas; não se questiona mais uma violação do segredo de justiça. Não se discute o essencial: que a liberdade de acção política da direcção do principal partido da oposição tem sido constantemente condicionada por calúnias e fugas de informação durante os últimos cinco meses.

Ser líder da oposição em Portugal nunca foi tarefa fácil. Como a memória por vezes é curta, convém lembrar que também António Guterres e Durão Barroso foram alvos de forte contestação antes de chegarem a primeiros-ministros. O melhor líder da oposição é sempre o que não está lá. A forte centralização do poder político no Executivo e a fraca autonomia dos partidos face ao Estado não ajudam. A Comunicação Social, cada vez mais concentrada e dependente de sangue, tende a privilegiar o espectáculo da fulanização. Se a estes factores estruturais, juntarmos os efeitos do processo "Casa Pia" ficamos com uma ideia mais clara das dificuldades de acção política da direcção do PS.

No dia 21 de Maio, o nosso camarada Paulo Pedroso, porta-voz do Partido e secretário nacional para a Organização, ficou em prisão preventiva, por causa de suspeitas e acusações graves. É algo sem precedentes em 30 anos de democracia, fazendo por isso pouco sentido especular sobre como se devia ou não devia ter reagido. A vida política portuguesa está, aliás, contaminada por um excesso de taticismo e um sentido do politicamente correcto, que é ditado pelos comentadores do costume, mas que, como se vê pelas sondagens, nem sempre tem correspondência com as opiniões dos cidadãos.

Como aqui escrevi, o Paulo Pedroso não fugiu nem se refugiou em imunidades parlamentares. Como era seu dever, entregou-se ao sistema judicial do Portugal democrático, na certeza de que esse mesmo sistema tinha em si os mecanismos que lhe permitiriam provar a sua inocência. Seguiu-se uma série de atropelos e abusos aos mais elementares direitos, liberdades e garantias que culminaram com o momento em que o cidadão Paulo Pedroso se viu impedido de exercer o direito constitucional de recorrer de uma decisão judicial. Mais tarde, o Tribunal Constitucional veio dar-lhe razão. Há poucos dias, um tribunal superior, o Tribunal da Relação de Lisboa, decretou a sua libertação imediata. O acórdão da Relação não só considerou unanimemente ilegal a prisão preventiva, como denunciou, por maioria, a fragilidade dos indícios do Ministério Público. O acórdão era claro, infelizmente houve quem confundisse o cargo de procurador com o de sindicalista do Ministério Público.

Estranhamente, nos dias que se seguiram à libertação do Paulo Pedroso, a discussão pública não se centrou no facto de ele ter estado indevidamente preso durante 140 dias. Repito: 140 dias. Sem que ninguém tivesse encomendado o sermão, as grandes questões estavam afinal em saber para onde é que ele se devia dirigir, quem devia abraçar em primeiro lugar, quantas cadeiras se partiram, quantos sapatos deixou no EPL e também se tinha condições para reassumir o seu mandato parlamentar. Isto é a total inversão das coisas. O Paulo Pedroso voltou ao sítio onde o foram buscar. Ele é o primeiro a reconhecer que não seguiu o caminho mais fácil, mas optar pelo taticismo dos comentadores podia ser encarado, de certa forma, como a aceitação da sua morte cívica e política. Ora, isto é algo que não se pode exigir a quem sabe que está inocente. Para além disso, do que se trata aqui não é do exercício de cargos públicos executivos, mas do dever de representação eleitoral que é exigido aos deputados. Sempre que for necessário, ele estará, como sempre esteve, à disposição do sistema judicial.

E esta mesma lógica populista, em que se confunde o acessório com o essencial, que está a dominar a divulgação (agora) das escutas feitas aos dirigentes do PS (há meses). O que se discute é a linguagem coloquial, são frases retiradas do contexto - uma espécie de guião do programa Contra-Infamação. Não se discute o facto de terem sido feitas escutas a pessoas que não são suspeitas; não se questiona mais uma violação do segredo de justiça. Não se discute o essencial: que a liberdade de acção política da direcção do principal partido da oposição tem sido constantemente condicionada por calúnias e fugas de informação durante os últimos cinco meses. E a autonomia do principal partido da oposição é parte essencial do regular funcionamento das instituições democráticas. Se esta espiral não parar, é isso que começa a estar em causa.



FILIPE NUNES

Como aqui escrevi, o Paulo Pedroso não fugiu nem se refugiou em imunidades parlamentares. Como era seu dever, entregou-se ao sistema judicial do Portugal democrático, na certeza de que esse mesmo sistema tinha em si os mecanismos que lhe permitiriam provar a sua inocência.

Seguiu-se uma série de atropelos e abusos aos mais elementares direitos, liberdades e garantias que culminaram com o momento em que o cidadão Paulo Pedroso se viu impedido de exercer o direito constitucional de recorrer de uma decisão judicial. Mais tarde, o Tribunal Constitucional veio dar-lhe razão. Há poucos dias, um tribunal superior, o Tribunal da Relação de Lisboa, decretou a sua libertação imediata. O acórdão da Relação não só considerou unanimemente ilegal a prisão preventiva, como denunciou, por maioria, a fragilidade dos indícios do Ministério Público. O acórdão era claro, infelizmente houve quem confundisse o cargo de procurador com o de sindicalista do Ministério Público.

Estranhamente, nos dias que se seguiram à libertação do Paulo Pedroso, a discussão pública não se centrou no facto de ele ter estado indevidamente preso durante 140 dias. Repito: 140 dias. Sem que ninguém tivesse encomendado o sermão, as grandes questões estavam afinal em saber para onde é que ele se devia dirigir, quem devia abraçar em primeiro lugar, quantas cadeiras se partiram, quantos sapatos deixou no EPL e também se tinha condições para reassumir o seu mandato parlamentar. Isto é a total inversão das coisas. O Paulo Pedroso voltou ao sítio onde o foram buscar. Ele é o primeiro a reconhecer que não seguiu o caminho mais fácil, mas optar pelo taticismo dos comentadores podia ser encarado, de certa forma, como a aceitação da sua morte cívica e política. Ora, isto é algo que não se pode exigir a quem sabe que está inocente. Para além disso, do que se trata aqui não é do exercício de cargos públicos executivos, mas do dever de representação eleitoral que é exigido aos deputados. Sempre que for necessário, ele estará, como sempre esteve, à disposição do sistema judicial.

E esta mesma lógica populista, em que se confunde o acessório com o essencial, que está a dominar a divulgação (agora) das escutas feitas aos dirigentes do PS (há meses). O que se discute é a linguagem coloquial, são frases retiradas do contexto - uma espécie de guião do programa Contra-Infamação. Não se discute o facto de terem sido feitas escutas a pessoas que não são suspeitas; não se questiona mais uma violação do segredo de justiça. Não se discute o essencial: que a liberdade de acção política da direcção do principal partido da oposição tem sido constantemente condicionada por calúnias e fugas de informação durante os últimos cinco meses. E a autonomia do principal partido da oposição é parte essencial do regular funcionamento das instituições democráticas. Se esta espiral não parar, é isso que começa a estar em causa.

E esta mesma lógica populista, em que se confunde o acessório com o essencial, que está a dominar a divulgação (agora) das escutas feitas aos dirigentes do PS (há meses). O que se discute é a linguagem coloquial, são frases retiradas do contexto - uma espécie de guião do programa Contra-Infamação. Não se discute o facto de terem sido feitas escutas a pessoas que não são suspeitas; não se questiona mais uma violação do segredo de justiça. Não se discute o essencial: que a liberdade de acção política da direcção do principal partido da oposição tem sido constantemente condicionada por calúnias e fugas de informação durante os últimos cinco meses. E a autonomia do principal partido da oposição é parte essencial do regular funcionamento das instituições democráticas. Se esta espiral não parar, é isso que começa a estar em causa.

O País relativo

PS/OEIRAS

SOCIALISTAS EXIGEM A VERDADE SOBRE IRREGULARIDADES DE ISALTINO

Os socialistas de Oeiras querem ver esclarecidas as alegadas irregularidades na gestão da câmara durante a presidência de Isaltino Morais e vão solicitar à Procuradoria Geral da República (PGR) "o apuramento e divulgação da verdade". O assunto foi debatido a semana passada, durante a Assembleia Municipal, tendo sido posteriormente formalizado por escrito o pedido à PGR, segundo disse o presidente da concelhia do PS de Oeiras, Emanuel Martins.

"Há muitos meses que a Comunicação Social vem divulgando alegadas irregula-

ridades na gestão do autarca e ex-ministro do Ambiente Isaltino Morais, mas nunca se ouviu nenhuma conclusão sobre os factos. A PGR tem de tornar claro se há culpas ou não", adiantou o responsável. Outra situação que os socialistas querem esclarecer é a compra da sede do PSD em Linda-a-Velha, com contornos pouco claros.

A notícia, recentemente divulgada pelo jornal "Público" explicava que a sede teria sido vendida ao PSD por um construtor (Ferreira & Magalhães, principal parceiro da câmara de Oeiras na execução de

vários projectos do Programa Especial de Realojamento) dois terços abaixo do preço de custo.

"O secretário-geral do PSD e ministro-adjunto - José Luís Arnaut - não pode ficar calado, tem obrigação de esclarecer os portugueses", sublinhou Emanuel Martins, lembrando que o responsável do Governo já foi "instado nesse sentido e recusou-se a dar resposta".

"Temos estado calados e somos contra julgamentos em praça pública, mas queremos saber se os meios judiciários estão ou não a trabalhar", concluiu.

PORTALEGRE

MÁ GESTÃO MUNICIPAL PREOCUPA SOCIALISTAS

No seguimento das reuniões efectuadas com os vereadores municipais e os presidentes de juntas de freguesia, a Concelhia de Portalegre do PS manifestou a sua "apreensão e receio" pelo "mau andamento" da vida local autárquica.

Em comunicado, os socialistas de Portalegre referem que a situação financeira da câmara local apresenta-se "bastante preocupante, sem garantias de financiamento para novas acções", só se tendo "concluído obras que vinham do anterior Executivo e para as quais já tinha

sido garantido financiamento". Os atrasos no Polis, o aumento do fosso entre cidades e freguesias rurais e a água tarifada ao preço dos consumos ditos de luxo, são ainda apontados pelo PS/Portalegre como exemplos da má gestão municipal.

FEDERAÇÃO DO BAIXO ALENTEJO

PS DENUNCIA MENORIZAÇÃO DO DISTRITO DE BEJA

Os socialistas do Baixo Alentejo acusam o Governo de Durão Barroso de "menorizar o distrito de Beja" na nomeação da direcção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR) em que,

entre presidentes e vice-presidentes, apenas escolheu representantes de Portalegre, Évora e Setúbal.

Em comunicado emitido após uma reunião em Serpa, a Federação do PS saudou a iniciativa do GP/PS, "Não

Queremos Portugal Parado", manifestou "profunda preocupação com a situação económica e social do País e desafiou o Executivo e seus representantes no distrito a "dirigirem mais investimento para o Baixo Alentejo".

PS/COIMBRA

NOVA DIRECÇÃO DA CCRC NÃO É REPRESENTATIVA

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro foi governamentalizada. A denúncia é feita num comunicado da Federação de Coimbra do PS em que se critica severamente o facto de, à revelia da tradição democrática, o PSD ter recusado aos edis socialistas a sua representatividade na direcção de um órgão em que o presidente foi eleito no Conselho da Região, no qual o Partido

representa cerca de 30 por cento dos autarcas.

"O PSD, ao reconfigurar as antigas CCR's, criou a ilusão de representatividade local ou regional, fazendo crer que ao processo de designação, por eleição, dos presidentes corresponderia uma vontade de desgovernamentalização, abrangendo também os vice-presidentes e deixando a ideia de que

estes deveriam reflectir a s escolhas democráticas das populações dos municípios envolvidos" diz o documento divulgado pelo secretariado da distrital conimbricense do PS.

Para os socialistas de Coimbra, dirigir a CCR só com o PSD e o PP "não é mais do que impedir a vigilância democrática do PS, de forma a fazerem os arranjos e favorecimentos em proveito da maioria".

VILA NOVA DE GAIA

CENTRO HISTÓRICO EM AGONIA E ABANDONADO

A Comissão Política Concelhia do PS/Gaia denunciou e responsabilizou a autarquia laranja pela situação de "profunda agonia" e "abandono quase total" em que se encontra o centro histórico da cidade.

"O actual executivo municipal prometeu mundos e fundos para a zona histórica,

mas, passados meia dúzia de anos, a situação é de profunda agonia e de abandono quase total", referem os socialistas em comunicado.

Na sequência de uma visita realizada ao centro histórico de Gaia, o PS defende a necessidade da constituição "imediata" de uma Sociedade de

Reabilitação Urbana (SRU).

"A Câmara Municipal não deve esperar mais, avançando de imediato para a constituição de uma SRU, aproveitando todas as valências da iniciativa, de forma a revolucionar a qualidade de vida no centro histórico", exige a Concelhia de Vila Nova de Gaia.

CONVENÇÕES AUTÁRQUICAS

SOCIALISTAS DEFINEM ESTRATÉGIAS E PREPARAM ELEIÇÕES

A máquina autárquica do PS está em movimento. Em Odivelas, Viana do Castelo e Porto os socialistas estiveram reunidos em convenções autárquicas para reflectirem sobre o trabalho desenvolvido e delinear as linhas estratégicas para o futuro. Num momento particularmente difícil para o poder local, alvo de uma política governamental de desrespeito e de desinvestimento nos municípios, com graves repercussões na qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento harmonioso do País, os socialistas preparam respostas credíveis e sustentadas aos problemas das populações nas mais diversas áreas.



O Governo está a atropelar as regras do jogo na relação com as autarquias

Em Odivelas, ao encerrar no dia 11 a II Convenção Autárquica da Concelhia do PS local, em que foram debatidos temas como o planeamento urbanístico, requalificação urbana e políticas sociais para o município local, Ferro Rodrigues fez uma intervenção centrada na situação económica e social do País, em particular na grave crise de desemprego.

"Desde que o actual Governo tomou posse 105.850 portugueses perderam o seu emprego, o que se traduz num aumento de 31,6 por cento do desemprego no nosso país", disse o secretário-geral, sublinhando que "estes números esmagadores parecem banalizados" pelo Executivo de Durão Barroso, que acusou de "não revelar nenhuma ambição no combate a este flagelo".

Ferro Rodrigues adiantou ainda que "por cada dia de Governo da direita 208 trabalhadores ficam sem emprego", um número insustentável que deveria levar a "uma reflexão e a uma revolta". No último mês, continuou, registou-se um novo valor recorde, com 440 mil portugueses no desemprego, um acréscimo de cerca de 20 mil pessoas sem trabalho de Agosto para Setembro. Na sua intervenção, o líder do PS referiu as conclusões do Conselho Económico e Social sobre as Grandes Opções do Plano e PIDDAC para 2004 fortemente críticas da orientação da política económica do Governo, nomeadamente quanto à quebra do investimento público que dificulta a retoma, a falta de informação sobre o III QCA, que está em risco, e a ausência de uma política para o crescimento e emprego.

"O investimento produtivo baixou de seis a oito por cento no presente ano, um número astronómico, e prevê-se um crescimento de apenas um por cento em 2004", referiu Ferro Rodrigues, acrescentando que o País vai estar "sete por cento pior" do que em 2002. Por outro lado, o líder do PS, numa

alusão aos casos recentes que culminaram na demissão de dois ministros, acusou o actual Governo de "cultivar a confusão entre maioria absoluta e poder absoluto", de "não ter solidariedade interna", acrescentando que "estes acontecimentos atingem também o regime democrático".

Ferro Rodrigues manifestou ainda a sua preocupação com o ressurgir do "populismo" por parte daqueles "que não se conformam com a democracia representativa", criticando o papel das televisões neste contexto.

"O País está mais preocupado com a situação social e também com o papel das televisões, na defesa da democracia, da verdade e da justiça e não da agitação, do populismo, que muitas vezes corre o risco de deslizar perigosamente para as coisas piores da extrema-direita", disse.

O líder do PS não reageteou ainda elogios ao trabalho desenvolvido pelos autarcas socialistas em Odivelas, numa referência aos projectos já desenvolvidos e em curso nas mais diversas áreas, e acusou o Governo de "estar a atropelar todas as regras do jogo na relação com as autarquias".

Que estranho Governo é este

Já antes em Caminha, na sessão de abertura dos trabalhos do encontro de autarcas socialistas do distrito de Viana do Castelo, o secretário-geral do PS manifestou a sua estranheza pela nomeação para secretário de Estado das Florestas de João Manuel Soares que há alguns meses classificou de "anquilosado" o ministério sob cuja tutela vai trabalhar.

"Que estranho Governo é este que, de repente, foi desencantar um secretário de Estado das Florestas que tinha escrito, há oito meses atrás, um artigo em que dizia que o Ministério da Agricultura estava manifestamente anquilosado e que era preciso uma

Secretaria de Estado das Florestas mas nunca na dependência do Ministério da Agricultura?", questionou Ferro Rodrigues.

É que, lembrou, em 3 de Abril de 2003, num artigo publicado no jornal "Público", João Manuel Soares, novo secretário de Estado das Florestas, defendia a necessidade da criação deste cargo, mas considerava que a sua tutela nunca deveria pertencer ao Ministério da Agricultura, que classificava de "anquilosado".

"Agora tomou posse como secretário de Estado das Florestas, dependendo do Ministério da Agricultura, que considera anquilosado", criticou Ferro Rodrigues. Na sua intervenção, o secretário-geral repetiu a pergunta "que estranho Governo é este?", nomeadamente quando se referiu ao caso que levou à demissão dos ministros do Ensino Superior e dos Negócios Estrangeiros.

"Que estranho Governo é este, em que o primeiro-ministro se manteve calado, como se nada de grave se estivesse a passar, contribuindo para que houvesse uma remodelação ministerial totalmente dirigida pela televisão e não por si próprio?", perguntou.

Por outro lado, o líder socialista manifestou-se totalmente contra a ideia avançada pelo Governo de realizar no mesmo dia as eleições para o Parlamento Europeu e um referendo à Constituição europeia, considerando que esta solução seria "uma enorme confusão para o eleitorado", para além de ser inconstitucional.

Ferro Rodrigues lembrou ainda que PSD e PP/CDS, que se preparam para concorrer coligados nas próximas eleições europeias, "são partidos que historicamente estão em contradição relativamente ao projecto de construção da União Europeia".

Rio e Valentim demitem-se das suas responsabilidades

Entretanto, também os socialistas do

Porto realizaram uma Convenção Autárquica, de 8 a 11 de Outubro, em que foram analisados os problemas da Cidade Invicta em todas as vertentes num conjunto de debates com painéis especializados. Na sessão de encerramento, o líder da Federação do PS, Francisco Assis, acusou o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, e o presidente da Junta Metropolitana, Valentim Loureiro, de se terem demitido das suas responsabilidades.

Segundo referiu Assis, "Rui Rio ainda não se deu conta que ser presidente da Câmara do Porto é mais do que ser presidente de uma autarquia", acrescentando que uma das principais obrigações do titular daquele cargo é a de se apresentar como um porta-voz da cidade e da sua região face ao poder central.

É que, explicou, "um Porto mais débil significa um país mais fraco e não perceber que o papel do presidente da Câmara do Porto é também um papel reivindicativo é não entender a amplitude do cargo".

"Quanto a Valentim Loureiro, presidente da Junta Metropolitana, demitiu-se das suas obrigações para com a cidade, ficando calado enquanto a Área Metropolitana do Porto (AMP) perde cada vez mais importância no país", acrescentou.

Na sua intervenção, o presidente do PS/Porto também não poupou o posicionamento da CDU na Câmara, que acusou de suportar a maioria de direita com o apoio tácito dado pelo único vereador comunista na autarquia, sem o qual o Executivo cairia.

Francisco Assis falou ainda da "gravíssima" situação económica e social vivida no distrito do Porto. "Um em cada cinco desempregados do país reside no Porto e nós temos que contrariar isso, porque o Governo e os autarcas locais nada fazem", disse, sublinhando que "no tempo em que os socialistas estavam no poder, a voz do Porto fazia-se ouvir no país e em Lisboa. Isso agora pura e

simplesmente não acontece".

Francisco Assis considerou que a AMP tem características neste momento de região deprimida, com bolsas de pobreza profundas que se têm acentuado no último ano.

"Isto só se pode combater com uma estratégia metropolitana, à qual estejam submetidas as estratégias concelhias", defendeu o presidente da Federação do Porto. Por isso, disse, "o PS está a preparar não só um projecto para a cidade, mas para toda a área metropolitana, porque os problemas do Porto não param nas fronteiras concelhias".

Uma das opções já definidas consiste em aumentar o peso institucional e político do presidente da Junta Metropolitana, pelo que o PS está neste momento a elaborar uma proposta nesse sentido que brevemente será apresentada na Assembleia da República.

Por sua vez, Nuno Cardoso, presidente da Concelhia do Porto do PS e organizador da Convenção, referiu que os socialistas estão a trabalhar para "uma reinvenção da cidade de sucesso, trabalhando em conjunto com a sociedade, com grandes quadros da cidade e do País criar uma alternativa vencedora para o Porto".

Jorge Coelho, a quem coube o discurso de encerramento da Convenção Autárquica, acusou o Governo de eleger as autarquias como "bodes expiatórios" e de preparar um Orçamento de Estado para 2004 "com um corte de 25 por cento nas despesas com o poder local (PIDDAC)" que, alertou, será "desastroso para o desenvolvimento do País".

O deputado socialista Jorge Coelho afirmou-se ainda "muito satisfeito" pela forma como decorreu a Convenção, "que mostrou um PS/Porto dinâmico e aberto à sociedade, o que o levará certamente a uma vitória nas próximas eleições autárquicas".

ENCONTRO DOS AUTARCAS SOCIALISTAS DE AGUALVA-CACÉM

GOVERNO MENOSPENZA PODER LOCAL

Os autarcas socialistas de Agualva-Cacém realizaram o seu Encontro, que contou com a presença de Maria de Belém Roseira, responsável pelo pelouro das Autarquias Locais do PS, Edite Estrela, presidente da Concelhia do PS/Sintra, e Acácio Barreiros, líder da bancada socialista na Assembleia Municipal de Sintra.

Na sessão de encerramento do Encontro, Maria de Belém afirmou que o actual Governo continua no "mau caminho", apontando o Orçamento de Estado para 2004 como exemplo de "uma política que irá agravar ainda mais as condições de vida dos portugueses, devido a orientações que apostam em escolhas erradas, e numa ausência de estratégias de desenvolvimento".

"Entre outros aspectos negativos, o Orçamento para a Educação e a Saúde, duas áreas fundamentais, diminui, quer no investimento quer nas despesas", disse, manifestando ainda a sua preocupação pela "retirada do Estado da saúde, para entregar aos privados".

Por outro lado, adiantou, "quando o PIDDAC previsto é curto, isto significa que o Estado se retira do seu papel no desenvolvimento económico do País",



com "graves repercussões no poder local".

Na sua intervenção, a dirigente socialista teve ainda duras críticas à "errada política do Governo nas áreas sociais", alertando que a situação ao nível do emprego "é particularmente grave". "Portugal foi o único país da União Europeia onde o desemprego cresceu

em Agosto e onde já há 10 novos desempregados por hora", frisou.

Contrariando a visão economicista que o actual Governo tem das questões sociais, Maria de Belém sublinhou que "um estudo da União Europeia concluiu uma vez mais que o modelo social europeu não é um peso às finanças públicas".

Por sua vez, Edite Estrela, presidente da Concelhia do PS/Sintra, a quem coube abrir o Encontro, expressou a sua "enorme satisfação" pelo trabalho desenvolvido pelos autarcas socialistas nas quatro freguesias de Agualva-Cacém, que classificou de "notável", salientando que "muito se teve de fazer para que a cidade seja o que hoje já é".

Mas, frisou, "como meio de realizar o conjunto de intervenções de que a cidade de Agualva-Cacém ainda carece é necessário continuar o muito trabalho que tínhamos iniciado. O reflectir sobre as questões, o estudo, a simulação de soluções são tão importantes como a obra".

Edite Estrela sublinhou ainda que a política do PS para a cidade de Agualva-Cacém assenta em sete vectores: aprofundamento da nova estrutura administrativa, incentivo ao desenvolvimento económico, estratégia de mobilidade/acessibilidades/transportes públicos intracidade, política do tempo livre e do lazer para usufruto de espaços e dos equipamentos públicos, existência de instrumentos fundamentais de planeamento urbanístico, reforço do binómio educação/formação e

acompanhamento do projecto Polis. Acácio Barreiros, outro dos oradores, criticou a ausência de iniciativas e pensamento estratégico do actual Executivo da Câmara de Sintra, manifestando a opinião de que os socialistas estão em condições, com o trabalho que têm vindo a desenvolver, de voltarem a liderar os destinos do município.

Já Rui Pereira, vereador sem pelouro da Câmara de Sintra, mostrou-se contrário a uma reivindicação recorrente das freguesias de reclamarem mais competências apenas e só para alargarem o seu espaço de intervenção. É que, explicou, "o que interessa é que uma freguesia tenha um projecto bem definido nas mais diversas áreas, com prioridades estabelecidas. Só depois é que faz sentido reclamar mais meios e competências para executar um programa que previamente foi pensado e objecto de uma análise profunda", acrescentando que há transferências dos municípios para as freguesias que não fazem qualquer sentido, como, por exemplo, "a responsabilidade pela manutenção e limpeza de uma escola".

J.C.C.B.

EXPULSÕES DO PS

Nos termos do nº 3 do artº. 16º do Regulamento Disciplinar, o «AS» publica a lista de expulsões de militantes do PS, decidida por unanimidade na reunião de 26 de Setembro da Comissão Nacional de Jurisdição.

SECÇÃO DA MEALHADA

Armando M. Baptista Fernandes Oliveira, Maria Elisa Rodrigues Ribeiro, António Pinto da Silva, Mário Fernandes de Oliveira, Delfim Francisco Gomes, Vítor Machado Costa, Avelino Lopes Rosas, Maria Odete Santos de Isabel, Adérito Ferreira da Silva, Augusto Gomes Simões Mamede, Carlos Lourenço de Oliveira, José Fernandes Alves, Susana Elisa Ribeiro Duarte, Joaquim Sousa Baptista, Carlos Matos Gomes, Júlia Dias da Costa, Armando Madeira Bonifácio, Carlos Fernando Lopes Pinheiro, Pedro Jorge Cruz Várzea, Rui Augusto Carvalho Baptista, António Marques Baptista, Maria Preciosa Oliveira G.P.Duarte, Mário Luis Soares Oliveiras, Ana Cláudia P. Fernandes Alves, Joaquim António Peixoto Garrido, José Augusto Ferronha Valongo, Alda Maria Silva Lopes Baptista, António Alves Silva Pires, Luis Santos Correia, Manuel Bastos de Matos, Joaquim António S.V.Martins.

SECÇÃO DE S.TIRSO

José Augusto da Costa Miranda

SECÇÃO DE CELORICO DA BEIRA

José Inácio, José Agostinho Sena, Júlio Manuel Santos, Fernando Cardoso Gonçalves, Carlos Martins Santos Portugal, Francisco Carlos Gomes Oliveira, Carla Alexandra Jesus Lobo, Agostinho Augusto Santos, José Júlio Silva Ascensão, Frederico Manuel Martins Sena, Manuel José Nascimento Coito, Francisco José Abrantes Granjal, Carlos Manuel Abrantes Gonçalves, Luís Manuel Serejo Serra, Alexandre Cabral Esteves, António Carlos Xavier Patrício, Luís Alberto Jesus Pires Santos, António Martins, António Rodrigues, José Santos Patrocínio, António José Marques Caetano, António Almeida Plácido, José Maria Pires, Manuel João Inácio, Gilberto Faustino, José Nascimento Martins, Carlos Alberto Ferreira Sinde, António Almeida Fragona, Manuel António Almeida Portugal, José Manuel Maria, Manuel Pires Simão, Joaquim Pires Abreu, Manuel Santos, António Inácio Sequeira Ramos, Carlos Abel Gonçalves Silva, Joaquim António Furtado, César Ferrinho Olival, Paulo Sérgio Silva Mimoso, Luís Manuel Santinho Silva, Manuel Jorge Cabral Ferreira Ribas, Carlos Sérgio Patrício Martins, Catarina Sofia Almeida Fonseca, Vera Filipa Marques Fonseca, Cláudia Sofia Reis Pinto, Aristides Cabral Proença Rodrigues, António Cadete Antunes, Manuel José Silva.

SECÇÃO DO SABUGAL

David Dias Silva, Jorge Joaquim B. Martins Simões e José Guilhermino Teixeira Esteves.

MADEIRA

BERNARDO TRINDADE LIDERA BANCADA SOCIALISTA

O deputado Bernardo Trindade foi eleito líder da bancada parlamentar socialista da Assembleia Regional da Madeira com sete votos a favor, cinco contra e uma abstenção.

Em declarações ao "Acção Socialista", Bernardo Trindade afirmou ter-se candidatado por considerar que o Grupo Parlamentar do PS/Madeira precisava de "dar corpo e continuidade a uma renovação iniciada já no último congresso com a eleição de Jacinto Serrão", sustentando ainda que a bancada se deve "rejuvenescer e tornar-se mais liderante".

Para o novo líder da bancada parlamentar, o Partido Socialista não pode criticar o PSD/Madeira por não se renovar se ele próprio não tiver essa capacidade.

Por outro lado, Bernardo Trindade pretende questionar o Governo Regional sobre a sua estratégia de desenvolvimento para a região, participar activamente na reforma do sistema político, nomeadamente no regime das incompatibilidades que vigora na Assembleia Regional.

A situação dos portos na Madeira, o modelo de promoção turística e as questões agrícolas são os temas que a nova direcção do Grupo Parlamentar quer ver debatidos na Assembleia Regional.

Bernardo Trindade afirmou ainda que "aposta na juventude e na renovação da nova direcção do Grupo Parlamentar para combater com mais determinação a ditadura da maioria, que lidera na Madeira".



Queixa-crime contra Jardim

O PS/Madeira vai apresentar uma queixa-crime contra Alberto João Jardim, presidente do Governo daquela região autónoma, por uso indevido do erário público.

Os socialistas madeirenses acusam Jardim de ordenar a divulgação de "publicidade paga para desmentir o PS", socorrendo-se, para isso de "recursos financeiros que são dos contribuintes".

"O uso de dinheiros públicos para fins

partidários é considerado crime", apontou Jacinto Serrão, presidente do PS/Madeira, para quem, "na região, lamentavelmente, estas ilegalidades acontecem com a maior das impunidades".

"O Estado de direito não funciona na Madeira, denuncia ainda Serrão ao recordar que "ao longo destes 27 anos, nenhum dirigente governativo [regional] apresentou a demissão ou foi demitido por actos que cometeram que foram verdadeiros escândalos políticos ou agressões a lei."

OE/2004

ORÇAMENTO DA DESILUSÃO

O Orçamento de Estado (OE) para 2004 é uma proposta de estagnação económica, de degradação social e de divergência real em relação aos parceiros comunitários.

Em conferência de Imprensa realizada ontem, o deputado socialista Joel Hasse Ferreira classificou o OE de "desilusão" por não proceder a "uma séria e real consolidação das contas públicas", por "restringir erradamente o investimento público e por admitir um aumento do desemprego".

"O corte do investimento público efectuado, nomeadamente através da redução das verbas do PIDDAC, expressa um estímulo negativo à economia produtiva e evidencia desprezo pela melhoria das qualificações dos portugueses e do nosso território", acusam os socialistas.

Para o PS, a proposta de redução genérica do IRC esconde um aumento de impostos para as empresas que contribuem mais decisivamente para o fim das distorções regionais, que inovam tecnologicamente ou que se requalificam no domínio ambiental, sendo assim "um sinal errado que se dá à economia, sem efeitos significativos no desenvolvimento económico global".

"Neste contexto e com fundamentos tecnicamente mal esclarecidos, a proposta prevê um crescimento muito limitado do Produto Interno Bruto, concretizando-se mais um ano de afastamento da economia portuguesa face aos níveis médios europeus", denunciou Joel Hasse Ferreira.

O socialista considerou ainda que "este Orçamento prolonga o caminho da recessão e da estagnação económica, contribuindo para a degradação social fonte de situações dramáticas para as famílias e de fortes tensões sociais".



O OE/2004 não consolida as finanças públicas mas é nocivo para a economia real

Quanto aos impostos sobre as pessoas e as famílias, Hasse Ferreira disse que "as alterações propostas aos escalões do IRS no Orçamento para 2004, quando conjugadas com uma previsão realista da inflação, significam que a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem bem como os seus agregados passarão realmente a pagar mais impostos".

Por outro lado, os socialistas criticaram o facto de neste Orçamento não constarem

medidas eficazes de combate à fraude e à evasão fiscal.

Relativamente à alteração proposta para o regime do PEC, o parlamentar observou que esta vem confirmar a "bem formulada alternativa apresentada pelo PS e há um ano recusada pela maioria". Assim, os socialistas denunciam o facto de o OE-2004 não proceder a uma séria e real consolidação das contas públicas e de recorrer de forma muito significativa

às receitas extraordinárias, "revestindo-se algumas delas de duvidosos ou até de inaceitáveis contornos".

Acresce ainda, que "a real compressão de despesas apenas se verifica na área do investimento público, cujo montante recua para o nível real de 1998", o que, na opinião dos socialistas "é claramente nocivo para a economia nacional". Por tudo isto, afirmou Joel Hasse Ferreira, "o próprio Governo não

acredita neste Orçamento", dado solicitar uma autorização de endividamento muito superior ao que as previsões orçamentais justificariam.

Segundo avançou o deputado João Cravinho dentro de sensivelmente dez dias, "quando estiverem a decorrer as audições parlamentares relativas ao OE de 2004", o Partido Socialista apresentará "propostas concretas alternativas" sobre esta matéria.

M.R.

OPÇÕES ERRADAS AGRAVAM SITUAÇÃO DO PAÍS

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, considerou que o Orçamento de Estado (OE) para 2004, entregue no passado dia 15 de Outubro na Assembleia da República, consolida a "grave situação económica e desemprego" existente em Portugal.

"O primeiro-ministro fala de orçamento de consolidação, infelizmente consolida uma situação de conformismo do Governo português perante a conjuntura internacional", criticou o líder socialista em Bruxelas, à entrada da mini-cimeira do Partido Socialista Europeu (PSE), a família política que integra o PS, na véspera da cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia.

Considerando que o Orçamento "não tem qualquer ambição de regresso a uma lógica de crescimento", Ferro Rodrigues apontou para o risco de perda dos fundos estruturais da União Europeia.

"Com as quebras no investimento público previstas, [o Orçamento] corre o risco de ser um contributo para que Portugal não aproveite os fundos estruturais, que tanto trabalho deram ao Governo anterior garantir", alertou.

Entretanto, esse mesmo dia, durante o debate parlamentar sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2004, a



Portugal corre sérios riscos de perder fundos da União Europeia

deputada socialista Elisa Ferreira denunciava o recurso à venda de património do Estado e a manigâncias contabilísticas para controlar o défice como um "sinal claro de que a política económica do Governo se resume num falhanço total".

"O défice passou a estar sempre controlado! Em cada ano basta escolher: que património se vende (enquanto durar), quanto investimento público se corta e que manigâncias contabilísticas nos convém fazer, até somar o valor do défice pretendido", explicou Elisa Ferreira em tom de crítica.

A parlamentar do PS desmontou a política económica e financeira seguida pelo Executivo PSD/CDS-PP, precisamente no dia em que o Governo entregou no Parlamento a proposta de Orçamento de Estado para 2004, já aprovada em Conselho de Ministros.

Falando aos deputados, Elisa Ferreira considerou ainda que os sacrifícios impostos aos portugueses em matéria de política económica podem ser de "uma inutilidade total".

"Nada do que estruturalmente interessava corrigir está a melhorar", apontou, acrescentando que o grau de sacrifício imposto varia consoante o

calendário eleitoral pelo que, no próximo ano, "as restrições começarão a abrandar".

Para a socialista, a solução passa por "romper com o passado" e "trazer uma lufada de ar fresco", caso contrário é a própria credibilidade do Governo que está em causa.

Segundo Elisa Ferreira, que citou abundantemente o parecer crítico e arrasador do Conselho Económico e Social sobre as Grandes Opções do Plano, o "País está a andar para trás" e o Governo, "autista e cego, persiste no erro".

"Não adianta que o primeiro-ministro venha falar de crescimento quando o PIDDAC sofre cortes e prossegue claramente a política de desinvestimento público em áreas estruturantes para o desenvolvimento de Portugal", concluiu. Entretanto, já depois de ser entregue a mesa da Assembleia da República a proposta de Orçamento de Estado para o próximo ano, o deputado do PS Joel Hasse Ferreira apontou que "o PIDDAC desce significativamente, ao contrário do que foi dito pelo primeiro-ministro e a retoma é tão fraca que não dá sequer para aumentar o emprego".

M.R.

ANÁLISE SECTORIAL DO ORÇAMENTO



Administração Interna

PROMESSAS FEITAS ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA FICARÃO POR CUMPRIR

Vitalino Canas aponta como um dos factores mais negativos do OE para 2004 do Ministério da Administração Interna o facto de o orçamento de funcionamento previsto ser de 1508,1 milhões de euros, um valor menor que do que a despesa prevista para 2003 no início daquele ano, que era de 1531 milhões de euros, ou seja, "há uma diminuição real e nominal".

Para o deputado socialista, este desinvestimento significa que o ministério não vai poder cumprir as promessas feitas às forças de segurança, entre as quais, destacou "a valorização do estatuto e as promoções na GNR e PSP" e "a criação do subsídio de risco".

Vitalino Canas referiu também que com as verbas inscritas neste orçamento "não vai ser possível corresponder ao acréscimo de despesa que resulta do envio de tropas para o Iraque" e ainda "reforçar o sistema de socorro e protecção social, uma vez que as verbas destinadas ao combate à sinistralidade e imigração estão estagnadas".

O deputado socialista sublinhou ainda que neste orçamento não está contemplado "o esforço financeiro necessário para acompanhar as acções de segurança relativamente ao Euro-2004".



Administração Pública

PRIVATIZAÇÕES NÃO PODEM MINIMIZAR O ESTADO

Para Fausto Correia, "os trabalhadores da Administração Pública vão dar ao Governo a devida e justa resposta a dois anos seguidos sem aumentos salariais reais", uma vez que se perfila no horizonte um crescimento da inflação na ordem dos 2 por cento.

O deputado socialista afirma que a "luta sem quartel" que, desde a sua tomada de posse, a ministra Manuela Ferreira Leite vem travando, tem afectado directamente os funcionários públicos, mas também, de forma indirecta, os cidadãos e as empresas, "que necessitam de uma Administração Pública mais motivada e valorizada".

"Ora, as medidas do Executivo, neste sector, vão no sentido completamente oposto, ou seja, conduzem à desmobilização e à desmotivação, se não mesmo à inacção", observou, referindo-se depois à manobra de imposição de uma quota de 25 por cento para promoção e progressão na carreira profissional" como uma "clara tentativa de reduzir as hipóteses efectivas dos funcionários."

Face a uma eventual "cedência" dos trabalhadores da Função Pública para institutos e serviços do Estado a privatizar, o parlamentar do PS recordou que a posição do Partido tem sido claramente exposta pela voz do secretário-geral, consistindo em afirmar que "os socialistas são por uma economia de mercado, mas contra uma sociedade de mercado".

"Da diferença entre estes dois conceitos resulta que as privatizações não podem ser um meio de minimizar o papel do Estado", reafirmou, ressaltando que "onde o Estado faz falta ele deve manter-se e até reforçar-se", mas "onde é dispensável, deve retirar-se, ficando claro, porém, que os critérios a utilizar para tal decisão não podem ser cegos, surdos e mudos, exactamente como aqueles que o actual Governo vem adoptando."

Os socialistas propõem, portanto, que se promova "um debate amplo sobre a intervenção estatal na sociedade", de modo a que se forme "um consenso alargado sobre aquilo que é ou não privatizável."



Agricultura

AGRAVA-SE ESTADO DE PARALISIA DO MINISTÉRIO

O OE 2004 é "seriamente comprometedor" para o funcionamento do Ministério da Agricultura e revelador da "incapacidade do Governo, em impedir a perda de fundos comunitários, considera Capoulas Santos. Segundo o deputado do PS, "ao serem reduzidas as despesas de funcionamento, agrava-se, inevitavelmente, o estado de paralisia quase total que já hoje se verifica nos serviços do ministério, em especial nos serviços locais, que têm uma importância decisiva no esclarecimento dos agricultores sobre o acesso aos fundos comunitários".

Quanto ao investimento, Capoulas Santos afirma que "o orçamento revela uma total ausência de medidas nacionais e restringe-se essencialmente à aplicação das medidas comunitárias que também já vinham do Governo anterior".

Assiste-se, acrescentou, "a um esforço desesperado para não comprometer a perda irreversível de fundos comunitários, como já sucedeu em 2003 em relação ao programa RURIS, onde foram perdidos 50 milhões de euros, e ao programa VIPIS, onde se perderam mais de três milhões de euros".

O antigo ministro da Agricultura do Governo socialista sublinhou, por outro lado, que o OE "é ainda decepcionante no que respeita ao sector florestal, onde se esperavam medidas inovadoras depois da tragédia do último Verão".



Ambiente

CORTES AGRAVAM SITUAÇÃO DE RUPTURA

"Este Orçamento de Estado para 2004 dá continuidade ao ciclo de desinvestimento na política ambiental iniciado com este Governo", o afirmou Pedro Silva Pereira para em seguida ressaltar que "é preciso distinguir, nas dotações previstas para o Ministério das Cidades, o que são transferências para o poder local e o que se destina efectivamente à parte relativa ao Ambiente", uma vez que "neste sector são muito claros os cortes orçamentais que agravam a situação de ruptura em que se encontram já grande número de serviços".

A conservação da natureza e do litoral, bem como o controlo da qualidade do ar são, de novo, as áreas sacrificadas, na óptica do deputado, para quem "a cativação geral de 20 por cento torna uma parte importante do PIDDAC em meramente virtual".

Segundo Silva Pereira, "é ainda extraordinário que o Governo tenha eliminado incentivos fiscais a requalificação ambiental no momento em que se impunha fazer precisamente o contrário", para que Portugal possa cumprir cabalmente com os seus compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto.



Ciência

AUMENTO É MERA FICÇÃO

Augusto Santos Silva garantiu que "o aumento do orçamento para a Ciência é fictício", uma vez que "resulta apenas da comparação com a despesa executada ao longo do ano passado".

"Se compararmos o que devemos comparar, ou seja, o orçamento inicial de 2004 com o de 2003, o alegado crescimento evapora-se", explicou o deputado do PS, que de qualquer modo registou o facto de o Programa Ciência Viva ter sobrevivido ao ministro Pedro Lynce, "o que nos mostra que vale sempre a pena lutar pelas boas causas".



Cultura

SUBIDA MAIS APARENTE DO QUE REAL

Quanto ao sector cultural, o antigo titular socialista da pasta reconhece a existência de um aumento em 2004 comparado com a execução de 2002. "Esse facto é, em si mesmo, positivo", observa Santos Silva, para quem, contudo, é preciso sublinhar que "a subida orçamental faz-se apenas no PIDDAC", pelo que se trata de "uma subida mais aparente do que real", uma vez que este está sujeito às cativações e aos maiores cortes.

Por outro lado, frisou, "registar-se uma queda no orçamento de funcionamento, sendo de esperar dificuldades acrescidas nos museus, monumentos e nas bibliotecas nacionais".

Assim, concluiu Augusto Santos Silva, "mesmo com este pequeno aumento, o actual Governo continua a desprezar a Cultura" subtraindo 23 milhões de euros a um orçamento de 297 milhões que o Governo do PS tinha afectado ao sector.



Defesa

FUNDO DOS ANTIGOS COMBATENTES SEM GARANTIAS FUTURAS

Sobre o propalado "conjunto de políticas para a Defesa Nacional" que a coligação de direita prevê implementar, o deputado socialista Marques Júnior disse não haver "nada de relevante a assinalar", uma vez que não passa de "repetições de anos anteriores por executar".

Todavia, o parlamentar do PS destacou o facto de, no OE para o próximo ano, o Executivo procurar efectivar a lei dos ex-combatentes. Lembrando que o Governo prevê começar a pagar estas pensões através do Fundo dos Antigos Combatentes, e que este será alimentado pela alienação do património do Estado afectos às Forças Armadas, o deputado socialista questionou-se sobre a continuidade dos pagamentos uma vez vendido tudo o que houver para vender.

O montante financeiro envolvido para os referidos pagamentos e o número exacto de pessoas abrangidas no processo, bem como o volume de capitais a transferir para a Segurança Social e CGA são aspectos que continuam por esclarecer, num orçamento para a defesa cujo crescimento de 8,5 por cento, relativamente a 2003, fica a dever-se essencialmente às verbas inscritas no âmbito da Lei de Programação Militar (mais 60,2 por cento), e à inscrição, pela primeira vez, de uma verba de 24 milhões de euros para fazer face aos encargos com as Missões Humanitárias e de Paz.

"No caso da LPM, o aumento resulta da aplicação da própria lei", explicou Marques Júnior, assinalando, igualmente, no que diz respeito às missões, que "os combatentes anteriores encontravam-se inscritos no IPAD" e não na Defesa.



Educação

ESTUDANTES FICAM A PERDER

"A evidente diminuição das dotações orçamentais para a Educação em 2004 revela que esta não é, de facto, uma área prioritária para o Governo". Esta a conclusão a que chegou Ana Benavente, que não hesitou em qualificar a situação do sector como "grave".

Apontando para a quebra verificada quer nos investimentos (PIDDAC) quer no funcionamento do ministério da 5 de Outubro, a deputada socialista sublinhou ainda o facto de todos os sectores desta área estarem a ser

prejudicados, "muito particularmente a educação básica e secundária". "No País das baixas qualificações que somos, é preocupante que o Orçamento não traduza o necessário investimento na qualidade educativa dos jovens, bem como na formação de adultos", disse.

corde de 21,4 por cento.

O deputado socialista faz questão de sublinhar, aliás, que num parecer recente o Conselho Económico e Social revelou "grande preocupação pelo pouco investimento público do OE 2004, em particular na justiça".

Quanto à prioridade dada à construção de uma prisão de alta segurança, Osvaldo de Castro considera que se trata de "pura demagogia". É que, explica, "o valor inscrito para a realização desta obra é mais de metade do investimento destinado às novas instalações do sistema prisional".

E, a propósito, o deputado socialista recordou que recentemente o presidente da Comissão da Reforma Prisional, Freitas do Amaral, recomendou "o fecho imediato de meia dúzia de prisões por não terem quaisquer condições".

Osvaldo de Castro lembrou ainda que o anterior titular da pasta da Justiça, António Costa, deixou à sua sucessora o Estabelecimento Prisional Feminino do Norte, "que continua fechado", e a Prisão da Carregueira, "que não está ainda a funcionar em pleno por falta de pessoal".

financiar projectos comparticipados pela UE, mas dependentes de autorização, caso a caso por despacho de dois ministros", o que constitui, para o deputado, "uma grosseira inconstitucionalidade". Para o deputado socialista, estamos perante uma proposta de OE "que confirma que o apregoado 'programa de descentralização' deste Governo é a mistificadora propaganda", além de que "evidencia a negação da confiança nas autarquias locais e o não reconhecimento dos municípios como agentes de desenvolvimento económico e social".

Ensino Superior

CRESCIMENTO NEGATIVO IMPÕE DUPLICAÇÃO DE PROPINAS

Face à subida das dotações para a Acção Social Escolar, Augusto Santos Silva reage, alertando que "ela não esconde as reduções das transferências do Estado para o funcionamento das universidades e politécnicos".

"O Governo nem sequer cumpre o seu próprio Programa de Estabilidade e Crescimento", denunciou, lembrando que o documento previa que as transferências tivessem um crescimento zero.

"Final, o crescimento foi mesmo menor", acusou, para depois considerar "muito clara" a mensagem que passa no Orçamento para 2004: "O Governo reduz o financiamento público e obriga a mais do que uma duplicação do valor das propinas que os estudantes deverão pagar".

Obras Públicas

PROJECTOS ESTRUTURANTES PARALISADOS

O deputado José Junheiro considera que a estratégia orçamental do Governo de coligação é globalmente nefasta para os portugueses. "O corte de 16 por cento nas dotações financeiras para as Obras Públicas, sem contar as cativações de 20 por cento nas despesas correntes, acontece num sector que é responsável por cerca de 40 por cento do investimento total", apontou, acrescentando ser, por isto, "fácil compreender o decréscimo da riqueza, o aumento dramático do desemprego e a instabilidade social que o acompanhará".

Assim, alertou, "projectos estruturantes como os da OTA e TGV, a paralisação de Sines, a paralisação do Plano Rodoviário Nacional 2000, bem como a Rede Nacional de Plataformas Logísticas, constituem alguns dos exemplos que nos devem preocupar a todos." Quanto ao PIDDAC para o próximo ano, Junheiro é igualmente da opinião de que este, na actual conjuntura recessiva, não serve o País globalmente.

"Uma primeira observação às regiões revela-nos que, à excepção do Alentejo, todas as outras dotações descem", explicou o deputado, para quem este particular "ilustra bem a paralisia que caracterizará 2004".

"Neste contexto só há uma coisa que evolui: o desemprego", rematou.

Poder Local

ESTRANGULAMENTOS E INCONSTITUCIONALIDADES

"Estrangulamento, insensibilidade social, descentralização virtual e inconstitucionalidades", são os quatro traços fundamentais da proposta governamental de Orçamento para o Poder Local em 2004 apontados por José Augusto Carvalho.

Segundo sublinhou o deputado socialista, "esta proposta de OE mantém o famigerado 'endividamento global zero', estrangulando, em muito, a actividade das autarquias na realização do desenvolvimento".

"Particularmente, ao manter esta medida cega, designadamente para o financiamento dos programas de habitação social para arrendamento, o Governo e a maioria continuam a revelar a maior insensibilidade social relativamente às camadas mais débeis da sociedade portuguesa", considera José Augusto Carvalho, adiantando que "outro tanto irá acontecer com a prioritária e inadiável requalificação urbana". Contudo, refere, "é excepcionado o recurso a empréstimos para co-

Saúde

FALTA DE TRANSPARÊNCIA

"Não há quaisquer novidades, continua a opacidade e falta de transparência nos números apresentados, perspectivando-se também que a asfixia do funcionamento das diversas instituições de saúde venha a agravar-se". É esta a análise de Afonso Candal ao Orçamento da Saúde para 2004.

Constata-se ainda neste orçamento, segundo o deputado do PS, um corte substancial de cerca de 25 por cento do investimento, em sede de PIDDAC.

Quanto aos hospitais empresarializados, o deputado do PS refere que "o ministro não forneceu os elementos essenciais para uma análise da situação", o que é revelador de "uma falta de transparência".

"Faltam as contas destes hospitais relativas a 2002 e os orçamentos para 2003, falta saber qual a dotação de capital que foi atribuída a cada hospital e ainda qual a percentagem que foi absorvida pelas dívidas existentes", afirma, sustentando que "só assim se pode descodificar a dotação que está atribuída para 2004".

Afonso Candal sublinhou ainda o facto de as listas de espera já não serem a primeira prioridade do ministério, ocupando agora um modesto quinto lugar na lista de prioridades.

Segurança Social

ATAQUE AOS DIREITOS SOCIAIS

Vieira da Silva considera que o Orçamento da Segurança Social para 2004 é "pouco transparente, pois não é possível verificar se a Lei de Bases está a ser cumprida", ou seja, explicou, "se o Estado está a cumprir as suas obrigações para com a Segurança Social em relação aos subsistemas de solidariedade, de acção social e de protecção familiar e políticas activas de emprego e formação profissional".

Para o deputado socialista, "este ponto assume ainda maior importância em 2004, porque o Governo vem propor de um modo encapulado uma alteração à Lei de Bases da Segurança Social, que tem como consequência que o valor das responsabilidades do Estado deixe de ter um valor fixo passando a basear-se no valor do IVA social que é variável". Assim, adiantou, "se as previsões de arrecadação de IVA no OE estiverem sobrestimadas a Segurança Social receberá menos receita do que o previsto inicialmente".

"Este é também um orçamento de promessas não cumpridas na 'convergência' de pensões e de ataque aos direitos da Segurança Social, pois só assim se compreende o acréscimo de apenas 72,9 milhões de euros da despesa com o desemprego, o que apenas pode ser explicado através de uma quebra brutal dos direitos que torne possível estes valores serem alcançados, uma vez que é o próprio Governo a admitir nas GOP que o desemprego vai continuar a aumentar em 2004", sublinha o porta-voz do PS.

Vieira da Silva referiu ainda que "o que se disse para o desemprego também se aplica, embora em menor escala, para o subsídio de doença e para o Rendimento Social de Inserção".

Impostos

JUSTIÇA FISCAL EM CAUSA

Ao penalizar as famílias, os trabalhadores por conta de outrem, o interior e a inovação em benefício das grandes empresas ou da zona franca da Madeira, o novo Orçamento de Estado põe em causa a justiça fiscal. Assim o denunciou Eduardo Cabrita, para quem é "socialmente escandaloso" o agravamento da carga fiscal que recai sobre os deficientes e os titulares de contas Poupança-Reforma, "vítimas da não actualização de deduções".

Para o deputado do PS, a actualização em 2 por cento dos escalões do IRS, prevendo-se uma inflação superior, determina o agravamento da tributação que visa em especial os trabalhadores dependentes. Depois de criticar a anunciada baixa do IRC, por beneficiar sobretudo "um número limitado de empresas do sector financeiro", Eduardo Cabrita afirmou ser "inconstitucional" a pretensão governativa de vender créditos fiscais para titularização, já que "permite a cobrança de impostos por entidade privada não designada na lei e prejudica o interesse público devido à alienação de créditos fiscais abaixo do valor nominal sem qualquer critério e por ajuste directo". Na opinião do parlamentar socialista, esta é uma "medida desesperada para obter receitas extraordinárias que permitam realizar a obsessão de um défice virtual de 3 por cento".

Justiça

DESINVESTIMENTO PREOCUPANTE EM SECTOR SENSÍVEL

"Preocupante" é como classifica Osvaldo de Castro o desinvestimento público previsto no Orçamento da Justiça para 2004, um "sector particularmente sensível", que afecta, nomeadamente, "áreas de funcionamento fundamentais como a admissão de novos funcionários". E salienta que ao nível do PIDDAC para 2004, o ministério terá um

JOÃO CRAVINHO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

ORÇAMENTO FARÁ PAÍS RECUAR EM PROFUNDIDADE E DESORDEM

O Orçamento de Estado para 2004 que será aprovado na Assembleia da República pela maioria PSD/PP é ainda pior do que o anterior e fará o País "recuar em profundidade e em desordem", afirma o deputado João Cravinho, em entrevista ao "Acção Socialista". Em vez de apostar no investimento público, que permitiria que por cada ponto de crescimento do PIB houvesse uma diminuição do défice em 0,4 ou 0,5 por cento, o Governo fica à espera que os privados animem a economia e a conjuntura internacional melhore. Ao mesmo tempo que vai falhando todas as previsões, os buracos do défice são tapados com receitas extraordinárias, que no futuro imediato deixarão o País e os portugueses mais vulneráveis. Também em relação ao desemprego, acusa Cravinho, o Governo manifesta uma total insensibilidade, já que previsivelmente o número de desempregados continuará a subir por mais um ou dois anos.

Qual o maior risco para Portugal decorrente do Orçamento de Estado para 2004?

Este orçamento faz recuar o investimento público para o nível de 1998. Ora, neste momento, em que Portugal tem, como é lógico, maiores necessidades do que há seis anos atrás, e quando cada vez mais a posição do País em termos de competitividade, de qualidade e de capacidade de melhorar a sua posição na Europa depende, precisamente, de infra-estruturas, de investimentos, nuns casos públicos e noutros privados, é aí que se vai cortar. A conclusão que se tira daqui é que Portugal não está parado: está a recuar em profundidade e em desordem.

Os menos 6,8 por cento inscritos no PIDDAC para 2004 representam uma forte contracção no investimento público. Considera que o Orçamento de Estado para o próximo ano é o instrumento apto a reanimar a economia?

Este Governo tem um comportamento muito estranho. Naquilo que depende de si, por exemplo, o investimento público, faz menos; naquilo que depende dos outros, por exemplo, no investimento privado, sem se perceber nem porquê nem como, estabelece que serão os outros a fazer mais. No fundo, o Governo está à espera uma boleia da situação económica internacional. Espera que ficando sentado à beira da estrada um dia há-de passar o comboio da reanimação dos outros. No que lhe diz respeito, de facto, a política que faz agrava a recessão. E agrava-a porque, em primeiro lugar, criou de facto expectativas negras e as pessoas retraíram-se quer em termos de investimento, quer em termos de consumo e despesas. Em segundo lugar reforça a crise na medida em que em vez de actuar positivamente, actua negativamente sobre as coordenadas que estão sob o seu controle, isto

é, o investimento. Por outro lado, é insensível ao aumento do desemprego que continua a subir e vai continuar por mais um ou dois anos. E, finalmente, tem uma política aparentemente de controle do défice, mas cada vez que anuncia um objectivo que vem no Orçamento, ele é larguissimamente ultrapassado. Então onde está o controle do défice?

Depois, cobre o seu controle com receitas extraordinárias. Mas é exactamente por se ter descontrolado que precisa de receitas extraordinárias. Portanto, não vejo quais são os objectivos positivos que este Governo esteja a alcançar.

Os cortes orçamentais mais fortes são nas áreas da saúde e educação. É de prever que aumentem as listas de espera nos hospitais e que as escolas fiquem sem condições financeiras para funcionar minimamente?

As situações da saúde e da educação são um pouco diferentes. Na educação há, de facto, cortes sérios que podem criar dificuldades. Este ano escolar ainda há inúmeras situações em que os alunos não têm professores. Situação que, segundo me dizem, decorre das dificuldades criadas pelo orçamento. A realidade, sejam lá quais forem as razões, é que há ainda muitas escolas sem o quadro de professores completo.

No caso da saúde, a situação tem de ser ainda esclarecida porque o Governo fez desorçamentação de muitos hospitais que passaram a ser empresas públicas e as contas não estão apresentadas com clareza. É preciso transparência e o que nós temos de exigir neste momento é que o Governo se explique e apresente as contas, sobretudo destas operações de desorçamentação que tem vindo a fazer para que se possa perceber exactamente, não só qual é a situação financeira, mas a situação real de prestação de serviços e cuidados de saúde. Isto porque, por exemplo, se as



novas empresas públicas vierem dizer que pouparam imenso, é preciso depois verificar se aceitaram ou não doentes que precisariam de cuidados um pouco mais caros. Dito por outras palavras, se o critério do lucro é o critério de prestação de cuidados que este Governo adopta, então até podem poupar dinheiro, mas não poupam vidas. E as vidas são muito mais importantes do que o dinheiro.

E o Serviço Nacional de Saúde, entretanto, vai-se esboroadando.

Exacto. Mas note, eu acho que nós podemos aceitar algumas inovações na gestão dos serviços de saúde e até na prestação de cuidados de saúde de várias formas pela parte de privados, segundo regras que são negociadas e convencionadas e que têm, portanto, um preço acordado pela convenção. Agora o que não devemos aceitar é que a saúde passe a ser comandada pela ideia de lucro em que o doente é uma fonte de receita. Se por acaso um doente fica no hospital porque sai barato, mas vai para a rua se sair caro, isso pode permitir poupar dinheiro, mas de certeza que não poupa a vida das pessoas.

Como comenta o facto do Governo recorrer em 2004 a novas receitas extraordinárias?

É a confissão de que esta política falhou por completo. No primeiro ano, 2002, o Governo chega e diz: encontrámos isto numa tal situação que temos de fazer um orçamento rectificativo que, aliás, acabou

O recurso a novas receitas extraordinárias é a confissão de que a política do Governo falhou por completo

por não cumprir, pois no fim lá apareceram as receitas extraordinárias. Portanto venderam-se jóias para resolver a situação. Em 2003 a mesma coisa, e ainda se calhar vão precisar de mais receitas este ano do que em 2002. O ano passado fizeram a operação da amnistia fiscal. Agora este ano já estão a fazer a venda das dívidas, a privatização da dívidas ao fisco para poderem ter receitas. Em 2004 vão continuar a recorrer a receitas extraordinárias. Ora bem, cada vez que se recorre a receitas extraordinárias, isso quer dizer que aquele défice que eles tinham posto no orçamento e que era o seu objectivo não foi cumprido. São, portanto, confissões públicas de não cumprimento.

Confissões públicas, também, de que a prometida consolidação orçamental continua por fazer?

Repare que a consolidação orçamental, em primeiro lugar, tem de ser feita de uma maneira profunda, mas em condições tais que favoreça o crescimento em vez de ser contra o crescimento. Não tem sido dito uma coisa que é fundamental: por cada ponto de crescimento em termos de PIB, o défice diminui 0,4 ou 0,5 por cento. Isto é, se nós tivermos a diferença, por exemplo, entre ter um crescimento negativo (como vamos ter este ano) e o ter um crescimento sadio, normal, atendendo à conjuntura, como tem a Espanha, cujo PIB cresce na ordem dos dois por cento, essa diferença é um ponto e meio por cento do PIB no défice. Quanto mais se cresce, mais receitas se recolhem, mais aumenta o produto, e portanto diminui por essas duas razões o défice. Visto de outra maneira, o défice aumenta quando não há crescimento.

Por outro lado, fazer a consolidação das finanças públicas numa perspectiva sadia não é reprimir ou esconder o défice constante por debaixo da capa das receitas extraordinárias, porque ele está lá, fica é coberto por receitas extraordinárias.

Aliás, quem fez a crítica disto tudo foi a própria ministra Manuela Ferreira Leite, que agora está a praticar esse tipo de política. O Diário da Assembleia da República está cheio de declarações em que ela se insurgia contra as receitas extraordinárias de todo o tipo, porque achava que isso era um dos maiores erros. Portanto, pela boca morre o peixe:

basta ir buscar os próprios juízos que ela fazia. Veja-se o caso dos CTT, que é uma situação verdadeiramente espantosa. Para arrecadar umas centenas de milhões de euros, o Estado vai assumir compromissos, através da Caixa Geral de Aposentações, que correspondem a quase o dobro daquilo que vai recolher. A consolidação financeira é destinada sobretudo a aliviar a pressão imediata e, digamos assim, tornar mais sólida a

empregar mais gente. Assim sendo, a fazer baixas de impostos, só em duas outras áreas. Uma delas seria a da diminuição do custo do trabalho para aumentar a procura, sobretudo de trabalhadores qualificados, e aí pode-se pensar em vários esquemas; essa possibilidade seria uma luta directa contra o desemprego. A outra, quando se diminuem os impostos sobre os contribuintes individuais que tem efeitos

porque a França e a Alemanha dizem que não o podem cumprir.

E Portugal tem de cumprir porquê? Portugal é um país pequeno cuja reputação tem de ser defendida. Mas o problema não é esse. O problema é que este é um Governo de contabilistas e não tem uma política económica. Tem uma ideia do deve e do haver e do acerto. E tanto assim, que lhe é

gerado por este Governo. Mas como este Governo não sabe, não quer, não tem política, então agora vem dizer que só 2006 o País voltará a convergir.

Este apontar para 2006 não releva também do próprio calendário eleitoral já que esse será ano de legislativas?

Estou convencido de que o próximo orçamento de 2005 vai ser bastante

realidade da gestão orçamental é o saco azul. Portanto, o défice é o que a ministra das Finanças quiser e perdeu já o seu significado.

Além de que pode usar o estratagema de no final do ano anunciar que afinal o défice não será de 2,8, mas sim de 2,94 por cento, a semelhança do que aconteceu este ano, não é verdade?

Se a execução orçamental fosse boa e bem gerida de acordo com o planificado não seria necessário vender nada, nem as ditas courelas. Há um ano, quando apresentou o Plano de Estabilidade e Crescimento, a dra. Manuela Ferreira Leite previa para 2003 um défice de 1,9 por cento e vai ser de 2,8 por cento. E o que sucede se for 4 ou 5 por cento? Ela vende património para repor os valores de acordo com as suas próprias orientações. O único significado que nestas circunstâncias o défice revela é a boa ou má execução. Excluindo à partida a ideia da boa execução, abre-se ao lado o saco azul. Se formos ver a gestão deste Governo através dos seus próprios números, verificamos que estamos perante um descalabro. A execução é sempre diferente daquilo que era a previsão.

Qual a fiabilidade da previsão para a inflação que, segundo a ministra Manuela Ferreira Leite, se situará na casa dos 2 por cento?

A grande maioria dos comentadores tem mostrado fortes dúvidas no cumprimento da inflação e considera que é uma estimativa por baixo. A importância deste número significa que é na base dos dois por cento que se fazem as negociações salariais. Se a inflação for superior vai haver muita gente que em 2004 tem menos dinheiro do que em 2003.

Como vê o anunciado congelamento de salários para a função pública?

É um método simples de gerir baseado na ideia de que os funcionários públicos não têm outro remédio se não aceitar. Visto por outro prisma, o Governo prevê para 2006 reduzir o número de funcionários em 40 mil. Em qualquer organização ou empresa, é evidente que quando as pessoas se reformam não são substituídas uma a uma porque as funções sujeitam-se a regulamentação interna, e porque as qualificações da gente mais nova são maiores e os meios de trabalho também são muito mais poderosos. O que este Governo diz é que vai congelar as admissões e, portanto, não há rejuvenescimento, tendo isto como consequência uma deterioração da qualidade do serviço público em muitas zonas. A própria ministra foi a Braga há cerca de dois meses dizer que esta é a medida mais estúpida que se pode tomar. Convencida que está a fazer uma obra meritória, ela vai alegremente tomando as medidas mais estúpidas que se podem tomar.

Pode-se concluir que este Orçamento é pior do que o de 2003?

Sinceramente, acho que é objectivamente pior, quando havia condições para que fosse melhor. Perante este Orçamento penso que a ministra está muito empenhada em ser a dama de ferro das aparências. Mas a realidade da própria política económica vai-lhe retirando todos os dias um pouco do tapete. Esta política só não fica estatelada no chão porque se fez o que nunca se fez, que é procurar tapar buracos com receitas extraordinárias que revelam à evidência o fracasso da receita aplicada.



posição futura de médio e longo prazo das finanças públicas. Ora, a senhora ministra o que faz é precisamente agravar as finanças futuras da Caixa Geral de Aposentações, recebendo muito mais compromissos do que o dinheiro que tem os pagar.

E qual a vantagem que a ministra retira disso?

É o momento. Isto é, por cada euro que ela vai agora receber, o Estado tem um euro e meio de responsabilidade. Este é um negócio que ninguém de bom senso faz, mas que no imediato contorna o problema do défice.

A prevista baixa na taxa do IRC é o mecanismo adequado para permitir o relançamento das empresas?

Primeiro, pode-se perguntar se é este o momento para fazer descidas de impostos, sobretudo quando essas descidas de impostos não têm o menor efeito sobre o relançamento da economia e sobre a criação de emprego. O IRC, no fundo, vai beneficiar fundamentalmente os accionistas de duas dezenas de grandes empresas.

Como baixam da taxa de imposto, o património, o valor das acções sobe. Porque têm mais lucros sobem as acções, apesar dessas empresas nada fazerem de concreto nesse sentido. É como se o Governo desse a essas empresas um cheque, já que directamente o efeito é o mesmo. O que vão fazer depois com esse dinheiro? Bem, não estou a ver a PT a

Convencida de que está a fazer uma obra meritória, a ministra das Finanças continua a tomar medidas estúpidas

ao nível das famílias, traduzir-se-ia num aumento dos meios à disposição das famílias e, portanto, seria uma actividade económica acrescida que teria, com uma certa distância no tempo, efeitos úteis porque aumentaria o rendimento disponível das pessoas, relançando a actividade económica. E o que faz aqui o Governo? É o título do "Público" de hoje (segunda-feira) que nos ajuda à resposta: "empresas um, famílias zero". Na realidade, acho que empresas/IRC dois, famílias zero.

Do seu ponto de vista, e tendo presente a actual conjuntura económica, é defensável a reavaliação do Pacto de Estabilidade e Crescimento no que toca aos 3 por cento de limite máximo para o défice?

O Pacto de Estabilidade e Crescimento está a ser revisto, mas da pior maneira,

absolutamente indiferente se esse acerto de tantos por cento que vai conseguir no défice vem pura e simplesmente de uma boa gestão orçamental ou de outra maneira qualquer. Numa imagem, isto é um pouco a situação dos fidalgos do Minho que eram solventes até ao momento que passaram a vender uma propriedade aqui outra ali, gastando sempre mais do que aquilo que tinham planeado, mas tinham sempre uma courela que ia dando para as despesas até ao dia em que tiveram de vender o palácio. O problema grave com este Governo é acreditar piamente que é útil do ponto de vista meramente político esta atitude de força irracional, por estar convencido que isso dá votos. Eles julgam que assim podem continuar a responsabilizar o Partido Socialista. Mas já Cavaco Silva dizia que ao fim de seis meses nenhum ministro seu estava autorizada a falar sobre o Governo anterior. Este vai para o terceiro ano de Governo e ainda está com essa desculpa. Estou convencido de que o povo não vai continuar a engolir isso. Eles fizeram um cavalo de batalha extraordinário em relação à ideia de que era um perigo horrível que Portugal crescesse menos do que a União Europeia, e agora vem a ministra das Finanças dizer que durante toda a legislatura, quatro anos seguidos portanto, o nosso país vai crescer menos. Agora Ferreira Leite acha bem o que antigamente era um risco tremendo. De facto o risco existe, mas é

eleitoralista o que significa que a consolidação financeira vai ao ar.

São, do seu ponto de vista, também motivações eleitoralistas que levaram o Governo a deixar cair, já em 2004, a regra do endividamento zero para as autarquias e, por outro lado, um sinal de que não pensa cumprir o défice de 2,8 por cento que anunciou como objectivo para o corrente ano?

A ministra, enfim, teve sucesso, entre aspas, no sentido de conseguir fazer passar a ideia de que independentemente do meio, o importante é que a contabilidade dê certa. Mas a contabilidade dará certa enquanto houver possibilidade de receitas extraordinárias que são, por assim dizer, a varinha mágica. Agora, a verdade é que a discussão orçamental é má porque o défice está um ponto ou ponto e meio acima do declarado, e portanto, o défice que iremos aprovar no Parlamento perdeu todo e qualquer significado. Repare-se que a venda das dívidas ao fisco e à segurança social têm um potencial na ordem dos oito por cento do PIB. Não se realizará todo, porque quando se vende em conjuntura desfavorável, vende-se abaixo, mas, em todo o caso tem um potencial de oito por cento. Ora bem quando se tem um saco azul que é duas a três vezes o défice que se escreve no Orçamento, então o défice já não tem significado nenhum: o que vale é o saco azul. A

O REFERENDO E A CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

A Conferência Intergovernamental iniciou a análise do projecto de tratado constitucional, anteriormente elaborado pela Convenção que reuniu sob a Presidência de Giscard d'Estaing. Se tudo correr como previsto, até ao fim do corrente ano (ou seja durante a presidência italiana) ou, o mais tardar, até Março do próximo ano (durante a próxima presidência irlandesa), chegar-se-á a um consenso razoável sobre a futura arquitectura institucional da Europa.

O documento produzido pela Convenção é, no contexto actual, uma proposta equilibrada (embora se possa afirmar que se trata apenas do menor denominador comum entre os interesses dos diversos países) e por isso tem vindo a ser reclamada a sua aprovação pela CIG sem grandes alterações.

Apesar disso, as coisas podem vir a tornar-se mais difíceis, quando se aproximar o momento das decisões finais e se verificar que as expectativas de aumento de poder, que alguns países alimentaram, ou os ganhos circunstanciais que tinham como adquiridos tenham de vergar-se ao imperativo da interdependência ou ao interesse único da comunidade.

O que está em causa é "adquirir" uma Constituição que permita aos europeus considerarem-se mais próximos uns dos outros, cientes que partilham, de forma irreversível, um caminho comum, assente na paz e no desenvolvimento económico e social, sem cedências e perdas naquilo que constitui a verdadeira identidade das nações, ou seja, a sua cultura, os seus costumes e a sua língua.

Nos últimos anos o mundo mudou muito em todos os aspectos e a Europa não pode nem deve resignar-se a viver da sua história que, em muitos momentos e épocas, assentou na divisão, na violência e, também, na intolerância.

Isto não impede, contudo, que em volta do futuro texto constitucional seja aberta uma discussão que sirva, não apenas, para tornar irreversível a caminhada da Europa no sentido de uma maior integração, mas também para validar, no plano nacional, a entrada de Portugal na União Europeia.

Apesar de todas as dúvidas e desilusões conjunturais, que decorrem da situação económica e social do país provocada pelo actual Governo, os portugueses estão com a Europa e compreendem que muito beneficiaram, quer no plano democrático quer no plano da economia pura, com a integração.

É certo que no plano estritamente teórico Portugal tem sempre alternativas à Europa (como recordava ainda recentemente o prof. Vítor Bento), mas é evidente que, nas circunstâncias actuais, um abandono do projecto europeu ou a sua suspensão temporária trariam enormes dificuldades que rapidamente se repercutiriam na vida das pessoas e poderiam pôr em causa a própria estabilidade do nosso sistema democrático.

Não se pense, por exemplo, que a suspensão do processo de integração europeu, consequência lógica e inevitável de uma eventual não ratificação do novo tratado constitucional, nos poderia dar a hipótese de regressar, um dia, mais fortes e preparados. Quanto à irreversível caminhada da Europa no sentido de mais integração é óbvio que o texto agora em apreciação coloca problemas inludíveis. Não é por acaso que esse texto é considerado, simultaneamente, como uma proposta que aponta para o reforço do centralismo das decisões mas também que abre caminho ao federalismo. Naturalmente que os opositores do federalismo não se reveem nas propostas em discussão.

Essa não é, contudo, a posição dominante no Partido Socialista pelo que, para nós, o que acaba por ser mais valorizável é a validação, de novo, da pertença de Portugal a um espaço económico, social e político ainda que com novas e crescentes responsabilidades. A futura Constituição, afinal o primeiro texto constitucional unificado que regulará o funcionamento da Europa, não é perfeita, isenta de contradições ou, por si só, susceptível de trazer, no imediato, a todos os cidadãos, a estabilidade, a prosperidade e a felicidade a que legitimamente aspiram.

Pode mesmo dizer-se que o futuro texto constitucional é um texto desequilibrado, até porque como se disse procura conciliar o reforço de um certo centralismo decisório com a abertura de uma estrada para um inédito "federalismo europeu".

Tendo sido possível consensualizar uma estrutura política razoável e mais operacional que a actual, é um facto que, apesar disso, o texto fica muito aquém do desejável no que diz respeito à responsabilidade europeia e nacional pelas políticas sociais e, nomeadamente, se revela pouco usado quanto às políticas económicas.

Acresce que não é pacífica (como seria de esperar) a questão da partilha do poder, o que fica bem evidente com as movimentações recentes de países como a Espanha e a Polónia.

Afinal o novo modelo de redistribuição de poder substitui o que tinha sido aprovado em Nice. Ora, com o Tratado de Nice, a Espanha e a Polónia (mas também alguns países de dimensão média como Portugal e a Bélgica) tinham obtido ganhos que agora sentem que vão perder.

A unidade de um novo projecto político à volta do essencial é nesta fase o objectivo a atingir. Assim, há que aguardar apenas os resultados da actual Conferência Intergovernamental desejando que o processo que lhe foi transmitido pela Convenção não seja reaberto de forma a pôr em causa o consenso que já se atingiu.

Se assim fosse (ou for) não haveria um novo Tratado Constitucional, o que indiscutivelmente fragilizaria, neste tempo de alargamento e aprofundamento, a própria Europa Comunitária.

Aprovado o texto constitucional seguir-se-á, no prazo máximo de dois anos, o processo das ratificações nacionais.

Em Portugal dois caminhos são possíveis: o tradicional, assente no poder constitucional de ratificar tratados internacionais, e o referendário, que embora implicando significativas alterações constitucionais, permite consultar directamente o "soberano" que, neste caso, é o Povo.

É indiscutível que esta 2ª opção começa a fazer o seu caminho na opinião pública portuguesa e na maioria dos analistas e dos comentadores políticos. Não pode por isso ser ignorada.

Contudo, para lá da complexidade do que deve ser objecto de ratificação e das profundas alterações institucionais que necessariamente implica, deve ser ponderado o "day-after", ou seja, o que inevitavelmente ocorrerá, por exemplo, na sequência, por desinformação ou desinteresse, de um processo referendário com resultado negativo. Por isso fizeram bem, quer o Presidente da República, quer o líder do maior partido da oposição, quando solicitaram prudência e enunciaram condições para a futura utilização do referendo. Desde logo, parece inaceitável que o referendo se realize sem estar concluído o trabalho da CIG ou como instrumento para iludir eleitoralmente as profundas divergências políticas internas que existem entre o PS e a coligação no poder.

A haver referendo tal nunca poderá ocorrer, portanto, na data das próximas eleições europeias.

Afinal, cautelada e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém e, sobretudo, a pressa e o voluntarismo acabam, sempre, por ser maus conselheiros.



MANUEL DOS SANTOS

Visto de Bruxelas

50º ANIVERSÁRIO DOS SOCIALISTAS EUROPEUS

ORGULHO NO PASSADO E CONFIANÇA NO FUTURO

"Orgulhoso do seu passado, confiante no futuro", foi o lema da sessão que assinalou os 50 anos do Partido Socialista Europeu, que no passado dia 7 se realizou em Bruxelas, com a presença de alguns líderes e figuras de proa do socialismo europeu.

Falando no encerramento da cerimónia, que decorreu numa reunião extraordinária do Grupo Parlamentar e em que estiveram presentes os eurodeputados portugueses e os deputados nacionais Maria Santos e João Cravinho, o actual líder dos socialistas no Parlamento Europeu, Baron Crespo, fez um roteiro da importância dos socialistas na afirmação de uma Europa com ideias de esquerda. "Podemos olhar para trás com orgulho na nossa contribuição para a nova Europa através das nossas actividades parlamentares. Enquanto grupo político líder, em termos parlamentares, durante a maior parte dos últimos anos, e enquanto força mais coesa nos actuais, defendemos os valores de esquerda que marcam a nossa diferença em relação às outras famílias políticas: justiça social, direitos humanos, liberdade e democracia", disse o líder do Grupo Parlamentar dos Socialistas Europeus. Baron Crespo considerou que a acção conjunta dos socialistas europeus contribuiu decisivamente para a construção daquilo que se designa como "a casa comum europeia". Mas, a pouco tempo do maior alargamento da história da União, da aprovação de uma Constituição europeia e de uma reforma das políticas e do orçamento comunitário e ainda com uma nova acuidade nas relações transatlânticas, o presidente do Grupo Socialista considerou que a União "enfrenta hoje novos desafios", que irão marcar a futura arquitectura europeia. Depois de agradecer aos actuais e



anteriores eurodeputados pelo seu empenho, Baron Crespo chamou a atenção para a importância dos jovens, que também marcaram presença com algumas intervenções durante aquela sessão comemorativa. "É da nossa responsabilidade passar o testemunho à próxima geração na sua luta por políticas progressistas baseadas, acima de tudo, nos nossos ideais de solidariedade. Queremos os jovens totalmente envolvidos na construção do futuro", disse. Baron Crespo considerou ainda que os socialistas querem maior expressão da justiça social e um ambiente saudável e seguro para todos os cidadãos. A concluir afirmou: "Os nossos êxitos no passado, dão-nos confiança para enfrentarmos o futuro".

Para o presidente da delegação socialista portuguesa no PE, Carlos Lage, o facto do PSE já ter 50 anos, significa que é uma estrutura com consistência e que, não obstante a relativamente pouca visibilidade, tem desempenhado um papel fundamental na criação de um espaço público europeu.

Entre as presenças no 50º aniversário do Partido dos Socialistas Europeus, destaque para o ex-presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, para o eurodeputado e Nobel da paz, John Hume, para o primeiro-ministro polaco Leszek Miller, para o líder dos socialistas italianos Massimo D'Alema e para o presidente do PS belga, Elio di Rupo.

GUTERRES NA LIDERANÇA DE COMITÉ PARA ACÇÃO CONJUNTA DA ESQUERDA

António Guterres, presidente da Internacional Socialista, Madeleine Albright, responsável pelas relações externas do Partido Democrata dos Estados Unidos, e Robin Cook, presidente do Partido dos Socialistas Europeus, são os líderes do Comité Misto Permanente que nos próximos anos vai estabelecer um programa de cooperação entre forças progressistas de esquerda e definir os termos de uma acção conjunta a nível internacional. A decisão de criar este comité, que

também irá discutir as reformas que conduzam a um sistema bilateral de World Governance, surge na sequência de uma visita de trabalho de dois dias de António Guterres aos Estados Unidos, para contactos diversos com responsáveis do Partido Democrata norte-americano. O líder da Internacional Socialista encontrou-se com os senadores Hillary Clinton e Joe Biden e com o presidente do National Democratic Institut, Kenneth Wollack e John Podesta, presidente do Center for American Progress, o novo

núcleo de reflexão do Partido Democrata.

No passado dia 17, António Guterres participou no fórum Formentor, num debate intitulado "Fracturas mediterrânicas - Diálogos para as ultrapassar", que se realizou em Maiorca.

Entre os participantes do Fórum Formentor destaque para o ex-secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros-Boutros Ghali e o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hubert Védrine.

LAGE PEDE APOIO PARA GUINÉ-BISSAU

A União Europeia não pode desinteressar-se da Guiné-Bissau, que vive um período difícil de transição para a democracia, considerou o presidente da delegação portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos

Lage, durante uma intervenção na última sessão plenária de Bruxelas. O eurodeputado pediu um "apoio claro" para que os guineenses possam ultrapassar "a situação difícil que o país vive

na sequência do recente golpe de Estado", e realizar eleições livres.

Para Carlos Lage, a Guiné "precisa de paz, progresso e de um futuro menos incerto".

ANTÓNIO CAMPOS

ESPÉCIES COM MAIOR FINANCIAMENTO FORAM AS QUE ARDERAM MAIS

O pinheiro bravo e o eucalipto constituíram em conjunto cerca de 73 por cento das espécies mais devastadas pelos violentos incêndios que este Verão assolaram o País, precisamente aquelas que são mais financiadas pela União Europeia e em que o Estado português mais investe.

Aqueles dados foram revelados na resposta da Comissão Europeia a uma pergunta do eurodeputado socialista António Campos, que quis saber quais as espécies florestais mais atingidas pelos incêndios e a percentagem que representam no conjunto da mancha florestal.

"Em Portugal – diz a Comissão Europeia – o pinheiro bravo é a espécie mais atingida, com 56 por cento da superfície ardida, e depois o eucalipto, com 17 por cento".

Na sua resposta, a Comissão refere a existência de causas objectivas e



subjectivas para o facto dos incêndios adquirirem grandes proporções, designadamente a circunstância das acções de prevenção e de vigilância

serem insuficientes.

"Em condições meteorológicas desfavoráveis (forte seca, vento) e se as acções de prevenção e vigilância

forem insuficientes, esses inúmeros fogos podem degenerar em grandes incêndios, o que parece ter sido o caso no Verão de 2003, pelo menos no sudeste de França e em Portugal", afirma a Comissão.

O eurodeputado critica o facto de as verbas do Quadro Comunitário de Apoio destinadas à floresta terem servido essencialmente para aumentar a mancha de pinheiro e eucalipto, precisamente as espécies que são mais inflamáveis com tempo quente e seco.

Segundo António Campos, os 160 milhões de contos que Portugal recebeu "em nada contribuíram para alterar o perfil da nossa floresta. Em vez disso, as espécies tradicionais com valor económico mais elevado e mais resistentes ao fogo, mas de crescimento mais lento, como a bétula, carvalho, freixo ou amieiro, têm sido progressivamente substituídas".

O eurodeputado esclarece que o Estado, através do Feoga-Garantia, tem financiado a plantação de pinheiros a 80 por cento e de eucaliptos a 30%.

De acordo com a Comissão, a vulnerabilidade das espécies depende de vários factores, sendo os especialistas "unânicos em considerar a inflamabilidade intrínseca dos vegetais, logo a escolha das espécies de florestação, um factor determinante do comportamento do fogo. Para o Executivo comunitário, é mais importante a estrutura dos povoamentos, ou seja, o tipo de gestão silvícola.

A Comissão confirma ainda o facto de não ter "estabelecido condições particulares no âmbito do Feoga-Garantia para impedir o financiamento das espécies florestais mais vulneráveis" e recorda que "as políticas florestais são geridas ao nível dos Estados-membros".

EURODEPUTADOS QUERIAM MAIS VERBAS PARA RECUPERAR ZONAS ARDIDAS

O aumento das verbas de 31,6 milhões de euros para 48,5 milhões de euros atribuído a Portugal pela União Europeia para recuperar as áreas devastadas pelos incêndios, motivaram a satisfação dos eurodeputados socialistas portugueses, mas com a reserva de quem tem a consciência de que aqueles montantes são insuficientes para fazer face à dimensão da tragédia que se abateu sobre inúmeras regiões do país. Numa declaração de voto assinada pelos doze eurodeputados, a delegação socialista portuguesa "congratula-se com a posição favorável do Parlamento Europeu à atribuição de 48,5 milhões de euros do Fundo de Solidariedade a Portugal, a fim de contribuir para a recuperação das enormes áreas florestais e agrícolas que foram devastadas pelos incêndios, embora realce que esta verba está longe de corresponder às necessidades perante a escala da tragédia".

Na declaração de voto, os eurodeputados lembram que "a constituição de um fundo daquela natureza foi sucessivamente proposto pela delegação socialista portuguesa nos vários debates orçamentais posteriores a 1999", e que apoiam "vivamente a intenção do senhor Comissário Michel Barnier de rever o regulamento existente, de forma a que ele possa responder de forma mais cabal a desastres naturais desta dimensão".

A terminar o comunicado, os eurodeputados apelam para que, dada a escassez das verbas disponíveis no Fundo de Solidariedade, "a Comissão Europeia utilize na máxima extensão a cláusula de flexibilidade por motivo de força maior, de forma a permitir a reprogramação de verbas dos Fundos Estruturais e de desenvolvimento rural, com o objectivo de apoiar o mundo rural português num programa integrado de

recuperação dos efeitos desta catástrofe".

O Parlamento Europeu tinha aprovado no início de Setembro uma resolução em que defendia um aumento das verbas de 31,6 milhões de euros para cerca de 94 milhões de euros para atenuar os prejuízos causados pelos incêndios, que consumiram mais de 400 mil hectares de áreas arborizadas.

A resolução apelava à Comissão Europeia para continuar a colaborar com as autoridades nacionais no apoio às populações afectadas e em relação às iniciativas que tenham por objectivo repor o potencial produtivo das regiões atingidas.

O Parlamento Europeu pedia ainda ao Conselho e à Comissão que atribuíssem prioridade à criação de uma Força Europeia de Protecção Civil, precisamente para combater de forma mais eficaz catástrofes que ocorram no território comunitário.

MARIA CARRILHO

TIMOR-LESTE VAI RECEBER DA UNIÃO 18 MILHÕES DE EUROS ATÉ 2004



A União Europeia vai conceder a Timor-Leste 10 milhões de euros em 2003 e 8 milhões em 2004, revelou o Conselho da União Europeia em resposta a uma pergunta da eurodeputada Maria Carrilho.

Na resposta, refere-se que o Conselho de Ministros África Caralbas e Pacífico-CE, na sua sessão de 15 e 16 de Maio, satisfaz o pedido de adesão de Timor-Leste ao Acordo de Parceria ACP/CE de Cotonu. Com a adesão a este acordo, Timor-Leste poderá aceder aos recursos financeiros previstos no protocolo financeiro para 2005-2010 ao abrigo do acordo de parceria ACP-CE.

O Conselho garante que a União Europeia continuará "a prestar assistência significativa a Timor-Leste, para que continue a cimentar a sua estabilidade política e a sua democracia e promova um desenvolvimento a longo prazo através da redução da pobreza e do fortalecimento das suas capacidades". Na resposta, o Conselho afirma compartilhar a preocupação da deputada Maria Carrilho com as consequências do forte influxo de refugiados a Dili e com os seus possíveis efeitos sociais, e estudará as possibilidades de dar uma resposta adequada a essa situação no quadro da assistência financeira que Timor-Leste tem vindo a receber da União.

Na sua pergunta, Maria Carrilho chama a atenção para o facto de, nos últimos meses, milhares de refugiados estarem a afluir à capital, Dili, cujos habitantes passaram de 60 000 para 200 000, muitos deles a sobreviverem em condições degradantes e geradoras de violência.

Entre 1997 e 2002, a União Europeia atribuiu cerca de 137 milhões de euros de ajudas a Timor-Leste, o que representa, diz o Conselho, "mais de 170 euros per capita, um dos mais elevados níveis de assistência dispensada". O Conselho esclareceu ainda que não prevê destacar para Timor-Leste qualquer contingente da Força de Reacção Rápida.

MANUEL DOS SANTOS

CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS COM REGRAS MAIS SEGURAS

A Comissão Europeia deve ter como objectivos prioritários reforçar a segurança jurídica das regras sobre a concentração de empresas e agilizar os procedimentos administrativos que aumentam a transparência neste domínio da concorrência, considerou o eurodeputado Manuel dos Santos, na sessão plenária do Parlamento Europeu, em Bruxelas.

Manuel dos Santos referia-se a uma proposta de Regulamento sobre o controlo das concentrações empresariais na União Europeia, matéria que considerou "extremamente sensível para a dinamização dos mercados e o crescimento das economias da União".

O eurodeputado considera que a concorrência deve ser um instrumento

para realizar e concretizar os grandes objectivos da União e não um fim em si mesmo. Por isso, afirma, a Comissão tem de ser "extremamente prudente" quanto à fixação de novos critérios para a classificação das operações de concentração e estar atenta a outros aspectos essenciais, como a necessidade de um maior envolvimento dos trabalhadores nestes processos.

REFERENDO EUROPEU – ALGUNS ARGUMENTOS

**GUILHERME
D'OLIVEIRA MARTINS**

- I** O que diz a Constituição sobre referendos e sobre a data para a sua realização? A lei fundamental não oferece dúvidas na resposta a tal questão. Segundo o artigo 115º, nº 7: "São excluídas a convocação e a efectivação de referendos entre a data da convocação e da realização de eleições gerais para os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e do poder local, bem como de deputados ao Parlamento Europeu". A proibição é expressa e resulta de uma preocupação do legislador constituinte de evitar o carácter plebiscitário a uma eleição.
- II** Não é, assim, admissível fazer cavalo de batalha em relação a uma proposta que claramente vai contra o texto constitucional. De duas uma: ou o que está em causa é uma revisão da Constituição, o que exigiria sempre uma maioria de dois terços dos deputados em efectividade de funções, em se tratando de uma revisão ordinária, ou de quatro quintos dos deputados em efectividade de funções, em se tratando de uma revisão extraordinária – o que obrigaria sempre a um entendimento prévio de princípio em relação a uma tal proposta; ou se pretende encontrar um pretexto para justificar a não realização de uma consulta popular...
- III** Nenhuma força política, nenhum cidadão podem ser inactivados ou persuadidos a incumprir a Constituição. E o certo é que, enquanto não houver uma revisão da lei fundamental, uma qualquer proposta de coincidência de datas entre um referendo e um acto eleitoral viola frontalmente a Constituição da República. Não pode, assim, dizer-se, com boa fé, que o PS no caso de não aceitar votar uma alteração da Constituição, se torna responsável pela inviabilidade da consulta. O argumento é falso, pelo menos por quatro razões: (a) a Constituição deve ser cumprida por todos, forças políticas e cidadãos, na formulação que tem momento a momento; (b) uma consulta séria exige respeito pela legalidade e clareza na questão posta – a fim de se garantir a mobilização máxima para o respectivo esclarecimento; (c) a mistura entre uma escolha eleitoral e uma opção referendária afectaria o debate, já que levaria à confusão entre os programas das forças alternativas em confronto; (d) havendo necessidade de um consenso entre os dois maiores partidos sobre a necessidade de uma consulta popular, cabe a ambos dar os passos necessários, dentro da legalidade e no respeito escrupuloso da Constituição, para chegarem ao objectivo da realização da consulta popular.
- IV** Uma consulta popular sobre o futuro da União Europeia revela-se útil e tanto mais necessária se houver alterações fundamentais introduzidas pela Conferência Inter-governamental. Nada temos a temer de um referendo, desde que se trate de um processo bem preparado, sério e com tempo – capaz de representar inequivocamente a vontade dos cidadãos. Para tanto, não deverá encontrar-se uma pergunta vaga e imprecisa. É fundamental que a pergunta incida sobre as alterações fundamentais que o novo Tratado Constitucional venha a consagrar.
- V** É, pois, fundamental haver uma convergência política que permita viabilizar um referendo sobre matéria europeia, envolvendo o "modus faciendi", a legitimidade constitucional e o momento para a sua realização. Tudo deve, por isso, ser feito para impedir no futuro qualquer dúvida sobre a legitimidade dos avanços e do aprofundamento do processo de integração europeia. E é, pelo menos estranho, que um qualificado responsável da actual maioria, Narana Coissoró, venha dizer que o primeiro-ministro não quer um referendo – acrescentando, preto no branco: "e depois pode-se deitar as culpas para cima dos que não o querem na data das europeias" (DN, 20.10.03). Que significa esta declaração? A demonstração que há reserva de consciência? Que tudo não passa de uma encenação, visando impedir que haja referendo, lançando as culpas para as costas de outros? As aparências parecem não iludir...
- VI** Os argumentos de quem aposta nesta hipótese de mistificação voltam a ser desenvolvidos por Narana Coissoró, na citada entrevista: "estando a maioria do PSD e do PS a favor do referendo e da Constituição Europeia, fazer a campanha do referendo e a campanha eleitoral baralhava (sic) o eleitorado dos dois partidos. Isto foi bem pensado pelos que querem que se baralhe as duas coisas e que a discussão seja um novelo". E o jornalista pergunta: "O que está a dizer é que o primeiro-ministro não quer o referendo?" E a resposta vem certa, evidente, claríssima: "Sim!". Eis porque não podemos deixar-nos arrastar por esta falsa argumentação.
- VII** Em síntese, deixemos claro o seguinte: a nossa posição mantém-se hoje idêntica à de ontem nesta matéria. O PSD mudou de posição, com a agravante de defender uma solução que é incompatível com o actual texto constitucional. Com toda a serenidade, defendemos três pontos muito simples e de uma clareza meridiana: (a) É preciso saber se a CIG introduz ou não alterações fundamentais nos Tratados; (b) Não tememos um referendo quanto ao futuro da União Europeia, desde que tal consulta seja bem preparada, séria, dando tempo aos cidadãos e à sociedade civil para um debate autêntico e sem dramatismos despropositados e assentes em falsos argumentos; (c) Desejamos que esta oportunidade seja aproveitada para reforçar o projecto europeu e a inserção de Portugal na linha da frente da sua concretização – com respeito do princípio da igualdade entre os Estados, do método comunitário, do equilíbrio entre democraticidade e eficiência e com salvaguarda da subsidiariedade e da aproximação em relação aos cidadãos europeus.
- VIII** Depois da Convenção Europeia, que fez um excelente trabalho de base, a Conferência Intergovernamental terá de introduzir aperfeiçoamentos. Ai teremos de ser exigentes, para que não fiquem dúvidas de legitimidade!

Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

À Direcção do Acção Socialista:

Desejamos receber apenas exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____



Acção
Socialista



PS/LISBOA

GESTÃO SANTANISTA PASSA À MARGEM DOS PROBLEMAS DOS MUNICÍPIES

"O presidente da Câmara de Lisboa pratica uma gestão despesista virada para a propaganda, através da proliferação de *outdoors* em vários locais com informações inúteis de mera publicidade a iniciativas do município, no quadro de uma política de *show-off* permanente que passa à margem dos problemas dos cidadãos". A acusação é de Miguel Coelho, no final de "uma volta desassossegada" por vários bairros da capital promovida

pela Concelhia de Lisboa, com o objectivo de fazer um diagnóstico do real estado da capital, em que participaram alguns deputados municipais e da Assembleia da República, e o porta-voz do PS, Vieira da Silva. Esta iniciativa serviu ainda para preparar o debate do estado da cidade na Assembleia Municipal. Em declarações ao "Acção Socialista", Miguel Coelho salientou que "Lisboa está a regredir, em termos de

segurança, estacionamento, trânsito e mobilidade, higiene urbana, habitação social e qualidade de vida".

"O realojamento em algumas zonas da cidade está a ser adiado, aumentou a criminalidade, a cidade está mais suja e degradada, o trânsito mais caótico, em especial nas Avenidas Novas, as políticas sociais diminuem", afirma o deputado socialista, sustentando que "a gestão mediática" de Santana Lopes está a fazer a cidade "andar para trás".

PS/VIANA DO CASTELO

FEDERAÇÃO AVALIZA PACTO REGIONAL PARA O MINHO

A Comissão Política da Federação de Viana do Castelo do PS aprovou uma moção, na qual considera que as iniciativas legislativas do Governo para a criação das comunidades urbanas "não conseguem esconder o propósito, que as animou, de postergar as normas constitucionais em vigor, e ainda por cumprir, que determinam desde 1976 a institucionalização por uma via autenticamente democrática das regiões administrativas".

Os socialistas de Viana do Castelo referem ainda que, colocados "sem alternativa" perante a vigência dos diplomas governamentais, e tendo em conta a identidade do Alto Minho, como "realidade histórica, geográfica, económica, administrativa, social e cultural", defendem, "sem hesitação, que os seus dez municípios venham a formar uma comunidade urbana, que rasgue perspectivas a uma política integrada e

solidária de desenvolvimento regional, que a todos eles possa favorecer".

A Federação do PS/Viana do Castelo aprovou ainda uma outra moção, em que se congratula com a proposta recentemente apresentada pela Universidade do Minho para a elaboração e execução de um pacto de desenvolvimento regional no espaço abrangido pelos 24 concelhos que compõem o Minho.

PS/MAÇÃO

SOCIALISTAS PROPÕEM OBSERVATÓRIO DA QUALIDADE DE ENSINO

A criação de um Observatório da Qualidade de Ensino foi uma das ideias avançadas no decurso do debate "Que carta educativa para o concelho de Mação?", organizado pela Concelhia local do PS, uma iniciativa em que foi discutido o estado do ensino na região no quadro da reforma introduzida em 1998 pelo Governo socialista que

trouxe a democracia para dentro dos estabelecimentos de ensino e instituiu os agrupamentos de escola.

Nesta sessão, inserida no ciclo de debates "Conversas da Praça", foi analisado de um modo muito crítico o modelo proposto de "gestor escolar", tendo-se também avaliado o papel presente e futuro dos municípios nas

questões relacionadas com a educação, num quadro em que as autarquias têm cada vez mais competências em matéria de recursos e responsabilidade pela manutenção das infra-estruturas.

O debate serviu ainda para perspectivar o papel do futuro Conselho Municipal de Educação.

DISTRITO DE AVEIRO TAMBÉM ESTÁ PARADO

Tal como o resto do País, o distrito de Aveiro também está parado, nalguns casos até a andar para trás, como nas unidades de investigação da Universidade de Aveiro e Hospital de Ovar. Esta a conclusão dos deputados de Aveiro após uma deslocação a vários pontos do distrito. "O distrito está parado, fruto de cortes orçamentais cegos, nomeadamente na área da investigação e ciência", afirmou ao "Acção Socialista" o deputado Afonso Candal. "E constata-se ainda, com preocupação, que o PIDDAC para 2004 será semelhante ao dos dois últimos anos numa versão minimalista. Portanto, algumas obras continuarão paradas ou sofrerão cortes, com todas as consequências nefastas para o futuro da região", acrescentou.

TSS EXIGE PROFUNDAS MUDANÇAS DAS POLÍTICAS DO GOVERNO

A Tendência Sindical Socialista (TSS) da UGT reclama "uma profunda mudança das políticas económicas e sociais do actual Governo, que devem ser reorientadas para o crescimento e o emprego".

Em comunicado, o Secretariado Nacional da TSS denuncia também "as políticas anti-sociais, particularmente traduzidas na desregulação social e nos ataques à educação e à saúde".

Os sindicalistas socialistas da central da Buenos Aires manifestam ainda o mais vivo repúdio "pelos comportamentos pouco éticos de alguns membros do Governo, que desgastam claramente a credibilidade das instituições democráticas".

BARROCAL E INTERIOR ALGARVIO NÃO PODEM SER DISCRIMINADOS



Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Faro querem saber porque é que parte do interior algarvio e vastas zonas do Barrocal ficarão excluídas do mapa das áreas territoriais a justificar uma intervenção de discriminação positiva.

Num requerimento dirigido ao ministro da Economia, os deputados José Apolinário,

Jamila Madeira, Luís Carito e Maria Rosário Carneiro pedem esclarecimentos sobre "qual é exactamente o mapa de intervenção territorial no Algarve do Programa para a Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos" e ainda "que respostas pretende o actual Governo desenvolver no sentido de promover a dinamização da base económica das áreas mais desfavorecidas do Algarve".

TRAÇADO DO IP5 NO CONCELHO DE VISEU TEM DE SER DEFINIDO

A definição do traçado do IP5 entre Boaldea, Viseu e Mangualde foi objecto de um requerimento dos deputados socialistas José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginestal dirigido ao ministro das Obras Públicas

Segundo os deputados eleitos pelo círculo de Viseu o referido troço já leva mais de ano e meio de atraso, o que "põe em causa o cumprimento da data prevista para a conclusão da obra, Setembro de 2005).

José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginestal querem saber qual é a decisão governamental sobre o traçado final no concelho de Viseu e ainda quanto vai custar o atraso e as eventuais alterações a este troço do IP5.

SECRETÁRIO-GERAL

27 a 29 de Outubro – Ferro Rodrigues participa no Congresso da Internacional Socialista, que terá lugar em S. Paulo, no Brasil

COMISSÃO POLÍTICA

23 de Outubro, 21h30 - Reunião da Comissão Política, na sede nacional do Largo do Rato

FEDERAÇÕES

Viseu

25 de Outubro - Convenção Autárquica Distrital em Lamego

Guarda

27 de Outubro – Comissão Política Distrital em Gouveia

DURÃO BARROSO A ONU E O IRAQUE

Na Assembleia Geral da ONU de 23 de Setembro, tanto Kofi Annan como Jacques Chirac criticaram a Administração norte-americana no Iraque ocupado. O secretário-geral da ONU manifestou a sua inquietação perante o "recurso a uma força unilateral e sem fundamento, com uma justificação credível ou não" (*Le Monde*, 27.09.03). Esta crítica à doutrina norte-americana da guerra preventiva foi corroborada pelo Presidente da República francesa que defendeu que a ONU deveria supervisionar a "transferência progressiva das responsabilidades administrativas e económicas para as instituições iraquianas actuais, e contribuir para a elaboração de uma Constituição para os iraquianos e a realização de eleições". Jacques Chirac defendeu ainda uma reforma da Nações Unidas cujos pontos fundamentais são o alargamento do Conselho de Segurança a novos membros permanentes e a criação de um conselho de segurança económico e social que teria como objectivo contribuir para uma "governança económica, social e ambiental mais forte" no contexto da globalização.

O primeiro-ministro português teve também oportunidade para intervir na Assembleia Geral da ONU. Mas, ao contrário de Kofi Annan e de Jacques Chirac, o seu discurso foi substancialmente diferente. Retomando o seu papel de mestre de cerimónias da Cimeira dos Açores, que ficará seguramente para a posteridade, Durão Barroso não hesitou em propor a subordinação da ONU à estratégia norte-americana da "guerra preventiva", revelando-se neste âmbito mais bushiano que o próprio George W. Bush. Assim, considerando "o terrorismo de destruição maciça" como a principal ameaça contemporânea, defendeu que as Nações Unidas devem ter um "papel central" na luta antiterrorista a nível mundial. Suprasumo da originalidade é a sua proposta de criação, no seio da ONU, de uma Comissão de Prevenção de Conflitos que teria como objectivo vigiar países em situação de risco. Eis o seu contributo para transformar a ONU numa espécie de central de recolha de informações para a preparação das futuras guerra preventivas da Administração de George W. Bush.

Reconhecamos, porém, um mérito ao primeiro-ministro: nem os mais empedernidos falcões belicistas da actual Administração norte-americana se lembrariam de propor as suas reformas institucionais. Pelo que Durão Barroso pode legitimamente começar a sonhar. De facto, num futuro próximo, talvez o convidem para estratega do Pentágono ou até mesmo, Karl Rove que se cuide, máximo conselheiro do Presidente George W. Bush. O que terá duas grandes vantagens: para os cidadãos portugueses, que se verão assim livres do insuportável fardo da sua governação, e sobretudo para ele próprio, pois beneficiará de uma promoção meteórica relativamente ao seu anterior cargo de mestre de cerimónias da Cimeira dos Açores que não exprima, provavelmente, a sua verdadeira vocação.

No dia 16 de Outubro o Conselho Segurança da ONU aprovou por unanimidade a resolução proposta pelos Estados Unidos sobre o Iraque. Esta resolução confere aos norte-americanos o poder de administrar o país até ao restabelecimento de uma hipotética democracia, que tarda em surgir no horizonte. No entanto, a França, a Alemanha e a Rússia, que se opuseram à intervenção dos Estados Unidos, referiram desde logo que não estariam dispostas a enviar tropas para o Iraque nem a participar no esforço financeiro da reconstrução do país. Na prática, esta decisão consiste em transferir para os EUA e para os países que apoiaram a intervenção norte-americana os custos do processo de reconstrução.

Ao contrário dos dirigentes daqueles três membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, Durão Barroso entrou em transe eufórico, considerando a aprovação da proposta de resolução a "melhor notícia do dia", já que a questão da legitimidade do envio de forças militares portuguesas ficaria, a partir de agora, definitivamente resolvida. "Não haja dúvida - disse triunfante - quanto à legitimidade" do envio da GNR (*Público*, 17.10.03). Com estas considerações reconhecemos a Durão Barroso, para além do incontestável mérito de grande estratega, um dom: o dom da presciência. Tudo aponta para que o primeiro-ministro já *soubesse*, mesmo antes da consumação da invasão, que apoiou à revelia da ONU, que a GNR e, provavelmente, outras tropas portuguesas participariam *legitimamente*, ao lado dos EUA, no esforço de reconstrução do Iraque. Presciência partilhada também por Paulo Portas que conseguiu um aumento de 8,5% para o seu Ministério da Defesa, enquanto a Educação sofria uma redução de 4,2% e o investimento na Saúde uma quebra de 6,9%. Eis mais uma razão para o reforço da candidatura de Durão Barroso a Conselheiro Mor do Presidente George W. Bush: não é verdade que até a proposta Orçamento de Estado para 2004 segue o modelo norte-americano, contribuindo ainda, para gáudio de Pacheco Pereira, para despertar as virtudes bélicas lusitanas dos constrangimentos que lhe foram impostos pela "Velha Europa" do Estado de bem-estar? Já agora, o primeiro-ministro poderia talvez levar consigo Paulo Portas que encontraria assim o terreno propício para incendiar o ânimo patriótico dos jovens norte-americanos. Pena é que se desconheça o quartel em que o ministro da Defesa fez o serviço militar. Mesmo assim, Donald Rumsfeld que se cuide...



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

Opinião

POLÉMICAS

A actual situação no PS tem motivado, felizmente, várias reflexões críticas. Ao "Acção Socialista" têm chegado algumas delas. Na impossibilidade de publicação integral dos textos recebidos, optámos por dar à estampa, neste espaço, excertos de dois textos que exprimem discordâncias de fundo com a orientação da direcção do PS. Esta secção de "Polémicas" é, sobretudo, um lugar de debate interno, franco e aberto.

RAZÕES DE CLARIFICAÇÃO

[...] Para que não se diga amanhã que as críticas de hoje à liderança do partido não têm rosto nem são capazes de se assumir internamente, tomo a liberdade de avançar com estas linhas no lugar e no tempo próprios.

Sinto-me particularmente à vontade para o fazer. Sou um militante desconhecido do partido. Mas esse facto não me retira o discernimento necessário [...]

O PS de hoje não é um partido mais aberto do que era há um ano atrás, não tem mais nem melhores militantes e as vozes que hoje se ouvem não são melhores nem piores do que antes. Onde antes se via a incoerência, o discurso redondo e a contradição, passou-se a ver o discurso incabado, atabalhoado e radical que voga ao sabor dos acontecimentos e se revela incapaz de extrair quaisquer dividendos da acção parlamentar, da incompetência, do clientelismo, dos erros e da inconstância governativa da maioria que governa o país. [...]

A vertigem dos últimos meses foi suficiente para todos percebermos que existe um profundo descontrolo na comunicação entre a liderança do partido, os seus porta-vozes, oficiais e oficiosos, e a liderança parlamentar. Dir-se-ia mesmo que se o partido não entrou num período de autogestão está, pelo menos, numa situação de plenário permanente em que a voz do líder é abafada pelos gritos estridentes e desvairados que por todo o lado ecoam, enquanto alguns históricos - com manifestas responsabilidades no actual estado de coisas - fazem apelos à lucidez e à sensatez.

Para um líder se impor não basta a paixão e o apoio incondicional de meia dúzia de pessoas por mais respeitáveis que sejam. Sem o partido não se lidera eficazmente e sem uma liderança eficaz não se ganham eleições. Daí que seja impossível a manutenção de um líder que se mostra incapaz de reclamar para si esse estatuto. Não porque lhe tenha faltado a vontade, a força ou o apoio do partido, mas pura e simplesmente por manifesta ausência vocacional e total falta de capacidade para articular o seu discurso com o dos dirigentes que escolheu e a realidade nacional. Pedir ao partido que continue a apoiar uma liderança tão fragilizada é admitir que a fidelidade pessoal e a amizade se hão-de sobrepor à lealdade para com os valores republicanos e o interesse nacional. [...]

O erro mais grave da actual liderança foi o de se convencer que o partido era arguido num processo criminal. Mal vai uma liderança quando confunde a solidariedade pessoal e partidária com a interiorização de um estatuto que não é o seu e procura fazer mergulhar o partido num combate que não lhe pertence. O combate do PS é um combate pela justiça, um combate pela verdade, um combate pelo esclarecimento dos factos, um combate pela isenção, a independência e a imparcialidade de quem exerce o poder judicial. Um combate pela transparência junto da opinião pública, independentemente da justeza das dúvidas. Não perceber isto e constituir o partido, aos olhos da opinião pública, arguido num processo judicial é algo de

inimaginável em qualquer liderança de um partido democrático com o sentido das responsabilidades. [...]

De notar é igualmente a inconstância da acção parlamentar. Fruto de uma direcção de bancada assente em quem já manifestou vontade de sair e em quem já devia ter saído, é cada vez mais uma direcção que carece de estímulos e de coesão. E se a isto somarmos a forma como o partido se vem fechando junto do seu eleitorado tradicional e uma certa arrogância maniqueista, encontramos as razões para uma progressiva e efectiva perda de influência junto da Comunicação Social, a qual não pode deixar de reflectir-se no tecido social. [...]

Um partido que pretenda conquistar o país só o poderá fazer mediante uma estratégia e uma liderança ajustadas às necessidades desse mesmo país. O sentido de oportunidade da intervenção política, o tempo e o modo como esta se processa, e a visão estratégica mínima para saber distinguir na vertigem dos acontecimentos o essencial do supérfluo, são indissociáveis de uma boa liderança. Um partido que não perceba isto é um partido sem condições para se dar ao respeito junto do seu eleitorado e, pior do que isso, que admite menozar o estatuto conquistado ao longo dos anos para se colocar à mercê dos ataques que visam desestabilizá-lo e levá-lo a embarcar na tabloideização da conjuntura. A actual liderança do partido tornou-se demasiado pequena e permeável à conjuntura. [...]

SÉRGIO DE ALMEIDA CORREIA
Militante n.º 53269

UM NOVO CONGRESSO? PARA QUÊ?

O Partido Socialista está, de novo a viver, momentos muito difíceis. O processo de averiguação, que recai sobre Paulo Pedroso, não pode nem deve afectar a vida política do Partido e muito menos a do País. O Paulo Pedroso, como pode acontecer a um outro qualquer cidadão, está a ser investigado. Paulo Pedroso não está condenado. Paulo Pedroso não foi julgado e nem sabemos se o será. Pode até nem haver matéria que o justifique. Assim, não se compreende a loucura que assolou a vida política portuguesa à volta deste caso, que só a Justiça deve conduzir, no respeito pelo cumprimento dos direitos das crianças e da presunção de inocência, que a todos é devida e está consagrada na Constituição. Postas as coisas no seu devido lugar, ou seja a César o que é de César, a política aos políticos e a administração da justiça aos magistrados e aos juizes, não se compreende o vendaval político que varre, não só o PS,

mas também o País, enfraquece a democracia e empobrece o exercício da cidadania. [...]

O PS está dividido. Não soube separar o individual do colectivo e deixou que se tente julgar o seu líder na Praça Pública ou melhor na Comunicação Social. Alguns defendem um Congresso extraordinário. Para quê? Porque o líder já não serve? Porque é preciso rever a estratégia política face ao anterior Congresso? O que mudou em menos de um ano? Há um novo líder, que entretanto se tenha afirmado?

Sou capaz de concordar com Manuel Alegre ao propor aos seus camaradas a hipótese do Congresso. Não sei quais são os seus pressupostos, mas acredito que estarão na base dos valores a que sempre nos habituou. O Partido, e não é de agora, há muito que necessita de uma debate interno, franco, aberto e frontal. O pressuposto da renovação não se consolidou. As tendências internas são

sempre um grande obstáculo. Ninguém gosta de perder influência e muito menos o seu lugar. Não é uma crítica, antes é uma constatação. Senão fomos corajosos na assunção dos erros, não vale a pena o Congresso. Não vamos realizar um novo Congresso para repelir tudo de novo. Para além de ser cansativo seria o descredito. [...]

Paulo Pedroso vai seguir o caminho que ele traçou. Vai lutar pelo seu bom nome. É o seu dever. Deve-o aos seus pais e à sua filha e a si próprio. Estamos solidários com ele na sua caminhada pessoal e admiramos a sua determinação. Esta é a luta do cidadão. Não pode nem deve ser confundida com a do Partido Socialista. Os militantes têm o dever de erguer a sua voz para protestar contra essas tentativas. [...]

JULIETA SAMPAIO
Ex-deputada

OS ESTUDANTES E A UNIVERSIDADE

A situação actual em que se encontra o nosso Ensino Superior é fundamentalmente devida a uma recusa em olhar a previsível evolução global do sistema, a uma total (e muitas vezes voluntariamente aceite) incapacidade para tomar medidas para travar a sua degradação, à recusa de soluções inovadoras e ao feroz silêncio com que foram ignoradas, durante mais de 20 anos, críticas e chamadas de atenção para situações precisas a que era urgente por termo. Cito um exemplo: ouvi, há dias, num encontro que teve a presença de técnicos do Ministério, a informação de que há casos de estudantes que entraram em escolas superiores de formação de professores com a nota de 5 valores no Secundário e delas saíram, 4 ou 5 anos depois, licenciados com 19 valores, nota com que concorreram a concursos para colocação de professores. Ignorado este tipo de problemas pelos gurus da nossa Opinião Pública, certamente pelo seu pouco interesse, o debate sobre o Ensino Superior trazido ao grande público está hoje, praticamente, reduzido à discussão do problema das propinas, o que facilita um certo "moralismo económico" que assentou arraias: "não deve ser a Sociedade (ou o Estado) a ter despesas com os estudantes, que estão na Universidade para benefício próprio e são uns privilegiados".

Esquece-se que os estudantes empenham na Universidade anos de vida que é o seu bem mais precioso, e que a formação que recebem vai, depois (e ainda bem) ser aproveitada pelo Estado, pelos futuros patrões e pela Sociedade em geral.

Se a Sociedade entende que não precisa de Universidades, acabe com elas, mas se entende que são necessárias, então, aceite que as tem de pagar. Os estudantes das escolas militares não pagam propinas e recebem um salário, e assim deve ser enquanto o país entender que necessita de Forças Armadas. Aproveito o assunto para lembrar uma questão extremamente injusta: os estudantes do Ensino Superior têm o primeiro emprego por volta dos 25 anos. Para terem direito a uma reforma completa têm, assim, de trabalhar até uma idade francamente mais elevada que a maioria dos outros cidadãos. É de inteira justiça que, à semelhança do que se passa nas carreiras militares, para efeito de contagem do tempo de reforma, aos diplomados das Escolas Superiores e outras similares seja contada a duração dos cursos que tiveram de fazer (à custa própria, ou do Estado) para exercer os lugares que vieram a ocupar.

Mas, de momento, olhemos de fora o Ensino Superior. As escolas de qualidade e convenientemente planeada são, indubitavelmente, um dos factores fundamentais do desenvolvimento de um país e das suas regiões. O que infelizmente parece ter sido esquecido em Portugal, é que escolas e cursos sem qualidade assegurada e criados a oito para satisfazer interesses locais, são, também, factores de bloqueamento e atraso que comprometem gravemente o desenvolvimento de um país.

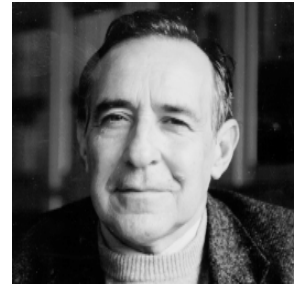
A proliferação e a ligeireza com que se criam cursos e escolas superiores (e a quase incapacidade em suprimir cursos sem alunos) atingiram em Portugal o nível do risível.

Quando a recém-empossada ministra da Ciência e do Ensino Superior diz que pretende por Portugal ao nível dos países avançados da Europa aponta um objectivo fundamental que está ao nosso alcance, mas interrogo-me, sobre quais são as ideias, os projectos e os propósitos (e a coragem, também!) com que pretende por fim, ou pelo menos travar, situações hoje existentes, inteiramente anómalas em termos europeus, e que medidas pretende simultaneamente tomar para assegurar a recuperação e a melhoria futura, que são impossíveis sem crítica, e que provavelmente serão lentas.

Se a ministra não aparecer com propostas verdadeiramente inovadoras que rompam com a lógica burocrática e economicista do sistema e conquistem a adesão, pelo menos de parte dos intervenientes: docentes, estudantes e funcionários, a muito curto prazo ficará reduzida a discutir com os estudantes continuados e sucessivos aumentos de propinas num Ensino Superior cada vez pior e mais caro.

O Ensino Superior de um país só pode funcionar validamente com um mínimo de adesão de parte dos estudantes. Permitto-me contar um pequeno episódio, que diz algo sobre a Universidade vista por dentro. Há talvez uns 15 anos, o laboratório da Cadeira de Termodinâmica do Técnico, de que era responsável, foi transferido de um pavilhão para outro. Com o auxílio dos funcionários, os docentes mudaram os equipamentos, mas havia umas grandes bancadas que precisavam de pelo menos oito pessoas para carregar com elas. A tarefa não competia aos funcionários da escola. Por estranho que pareça, este é o exemplo de um tipo de problemas que a Universidade tem grande dificuldade em resolver. Já tinha começado o ano escolar e estava eu e uma professora ainda sem sabermos o que fazer, quando começou a praxe, dum modo geral moderada, dos estudantes do Técnico. Fui, então, falar com os estudantes mais velhos para lhes pedir para mobilizarem os caloiros para carregarem as bancadas do laboratório e eles concordaram. Recordo a imagem do cortejo com os caloiros a carregarem com as bancadas. Acho que foi um momento em que aconteceu Universidade.

Penso que os estudantes do Ensino Superior devem pagar taxas diminutas de inscrição nas diferentes cadeiras (crescentes quando reprovarem), mas não propinas. Em vez disso, deveriam dar qualquer coisa como 50 horas de trabalho, por ano, à sua escola. É fácil fazer uma listagem de dezenas e dezenas de tarefas em que podem ser úteis e poupar muitas verbas à escolas. Mas sobretudo, assegurando tarefas, poderiam sentir a escola mais deles, mais de todos. E os docentes poderiam, mais facilmente, sentir que são algo mais do que uns simples continuadores dos preceptores do século XVIII, pagos para ensinar (e exercer autoridade) sobre os filhos das famílias ricas.



ANTÓNIO BROTAS

Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica do VI Governo Provisório (1975/76)

Se a ministra não aparecer com propostas verdadeiramente inovadoras que rompam com a lógica burocrática e economicista do sistema e conquistem a adesão, pelo menos de parte dos intervenientes: docentes, estudantes e funcionários, a muito curto prazo ficará reduzida a discutir com os estudantes continuados e sucessivos aumentos de propinas num Ensino Superior cada vez pior e mais caro.

PELA LIBERDADE, CONTRA O INDIFERENTISMO

Não obstante as diferentes opções políticas de cada partido representado na Assembleia da República, existe uma preocupação que nos une mais do que nos divide: a protecção efectiva dos direitos humanos, enquanto alicerce fundamental de um Estado de direito democrático e condição fundamental para construirmos os caminhos da paz.

Em pleno século XXI, persistem grandes focos de pobreza e de extrema miséria em várias partes do globo, sobretudo no continente africano, onde o flagelo da fome e da seca atinge milhões de pessoas todos os anos, sendo as crianças as principais vítimas, muitas vezes privadas do mais elementar direito fundamental: o direito à vida!

A Declaração Universal dos Direitos do Homem concede a todos os homens a liberdade de pensamento, de consciência, de religião, de opinião e de expressão.

O direito à liberdade parece-nos, portanto, tão evidente que razão não haveria para, mais uma vez, o evocarmos não fossem as constantes violações ao seu exercício. Quando reveladas, alertam bruscamente a nossa consciência um pouco adormecida para um mundo iníquo e cruel, em que se mata e se morre pela guerra, pela pobreza, pela fome e se ameaça, persegue e condena por diferentes credos políticos e religiosos.

Os relatórios recentes da Amnistia Internacional continuam a identificar um conjunto de países que, não obstante terem ratificado a grande maioria das convenções internacionais no âmbito dos direitos humanos, continuam a violar de forma sistemática os mais elementares direitos fundamentais, evidenciando um claro desfasamento entre o direito proclamado e a aplicação desse direito. Persistem, hoje, vários regimes ditatoriais que constituem um perigo para a comunidade internacional, sendo que a natureza das ditaduras tem, como todos os elementos de um processo histórico em permanente modificação, origens e razões múltiplas. Por isso – para as erradicar definitivamente –, é necessário eliminar as causas diversas que lhes estão na origem, o que só pode fazer-se através de um esforço permanente para reduzir as desigualdades sociais, criar condições de desenvolvimento económico equilibrado, sustentar um sistema de justiça forte e independente, manter a educação como primeiro objectivo de todo o esforço de progresso e garantir o aprofundamento da consciência cívica dos cidadãos e da sua participação numa vida política transparente.

Esse trabalho é de todos – e não apenas da classe política – e tem de ser desenvolvido numa atmosfera de mudanças contínuas e, por vezes, contraditórias. Mudou também a nossa própria concepção de liberdade e,

neste momento, atravessamos um período particularmente delicado: vivemos num mundo onde existe uma crescente consciência democrática, mas em que as revoluções social, tecnológica, económica que estão em curso levaram à falsa convicção de que desapareceram as bases ideológicas de acção, como se esta fizesse sentido sem estar assente em valores que traduzem uma certa visão integrada da vida.

O perigo reside hoje, precisamente, no facto de todos termos, de forma crescente, a consciência de um direito abstracto à liberdade, mas esta assume formas progressivamente mais complexas e variadas. Isto é, o direito à liberdade reconhece-se, mas o direito às liberdades continua a ter de conquistar-se e, mais importante ainda, é necessário preservá-lo, para que sejam possíveis os frágeis equilíbrios exigidos por um regime democrático.

Hoje, os nossos direitos devem ser exercidos de forma a que todos integremos todas as formas de liberdade na nossa cultura, automatizando-as e enriquecendo-a a cada passo. Só essa atitude permitirá que surja um projecto colectivo ambicioso, que se projecte para além do espaço de vida de uma geração e forje uma autêntica unidade nacional.

Às gerações pós-25 de Abril poderá parecer bizarro que tanto se fale em direitos fundamentais e se faça a sua constante promoção e divulgação quando, afinal, eles estão consignados na nossa Constituição; para estas gerações há apenas que fazê-los cumprir. Mas, para que tal aconteça, é condição primeira conhecê-los, sobre eles reflectir e, sempre que violados, actuar.

Por isso, devemos permanecer vigilantes e exigir o cumprimento e o respeito pelos direitos laborais, sociais, económicos e as liberdades dos portugueses, que vivem actualmente um quadro de grande crispação provocado pelo aumento crescente do desemprego (que hoje atinge cerca de 500.000 pessoas), a que se junta um Código do Trabalho redutor.

Se a liberdade não é um conceito absoluto, as «liberdades» não são conceitos definitivos, porque são evolutivos e não estáticos, na medida em que cada uma das suas áreas é susceptível de aprofundamento e aperfeiçoamento. Por isso, é hoje já legítimo, nas sociedades que deram um mínimo de satisfação às liberdades cívicas, sociais e culturais, começar a equacioná-las em temas relacionados com a biologia, com a informática, com os animais, com a natureza, com o espaço.

É esta realidade evolutiva das liberdades que exige dos cidadãos, de todos os cidadãos, um permanente empenhamento. Porque, como muito bem alertou Almeida Garrett, «(...) o maior inimigo da liberdade é o indiferentismo».



ROSA ALBERNAZ

Às gerações pós-25 de Abril poderá parecer bizarro que tanto se fale em direitos fundamentais e se faça a sua constante promoção e divulgação quando, afinal, eles estão consignados na nossa Constituição; para estas gerações há apenas que fazê-los cumprir.

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

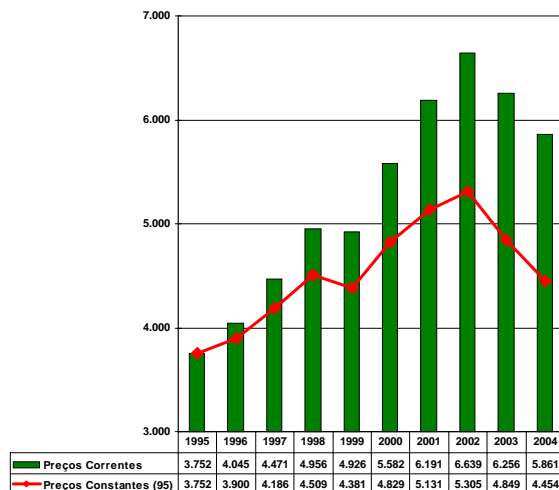
PIDDAC INICIAL - EVOLUÇÃO 1995 - 2004

Para 2004, o Governo afecta, no Orçamento do Estado deste ano, **5.861 milhões de euros em verbas para o PIDDAC**:

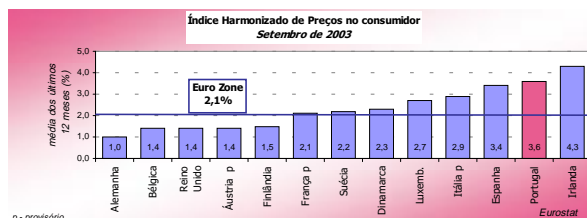
Menos 395 M€, relativamente a 2003, isto significa que diminuí 6% a preços correntes e 8% a preços constantes de 1995.

Em relação ao PIDDAC Inicial constante no OE de 2002, a diminuição ainda é mais significativa: menos 12% (-778 M€) a preços correntes e menos 16% (851 M€) a preços constantes de 1995.

Só se verifica um aumento nominal (preços correntes) em relação ao OE de 2000 e em termos reais o crescimento só é possível se compararmos com o OE de 1999 (+2%).



INFLAÇÃO NA UE SETEMBRO DE 2003



Em Agosto, a taxa de inflação média dos últimos 12 meses, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), foi de 3,6% em Portugal e 2,1% na Zona Euro. Portugal continua, assim, a apresentar a 2ª taxa de inflação mais alta da União Europeia.

A taxa de inflação homóloga foi de 3,2% em Portugal e 2,1% na Zona Euro.

**É COM O ESFORÇO DE TODOS
QUE CHEGAREMOS
DE NOVO À VITÓRIA NAS PRÓXIMAS
ELEIÇÕES.**

“Os recursos financeiros, a par da capacidade mobilizadora de todas as nossas estruturas, são uma alavanca essencial para que possamos assegurar que a mensagem de esperança e confiança no futuro que o PS representa, possa chegar a todos os portugueses.

A alteração do sistema de financiamento partidário, cuja entrada em vigor o PSD impediu, ao contrário do que se encontrava consensualizado, e que permitiria continuar de forma sustentada a política de rigor e transparência que caracteriza a actividade do PS, obriga-nos a chamar todos os militantes e estruturas do Partido para um esforço de recolha de fundos para dar corpo à ambição de vitória que a todos nos anima.”

Eduardo Ferro Rodrigues

Eduardo Ferro Rodrigues

ESTA É A HORA DE DAR MAIS FORÇA AO PS.

Informe-se junto da sua Secção ou Federação.

Campanha de recolha de fundos realizada ao abrigo da lei de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.



**Acção
Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o